



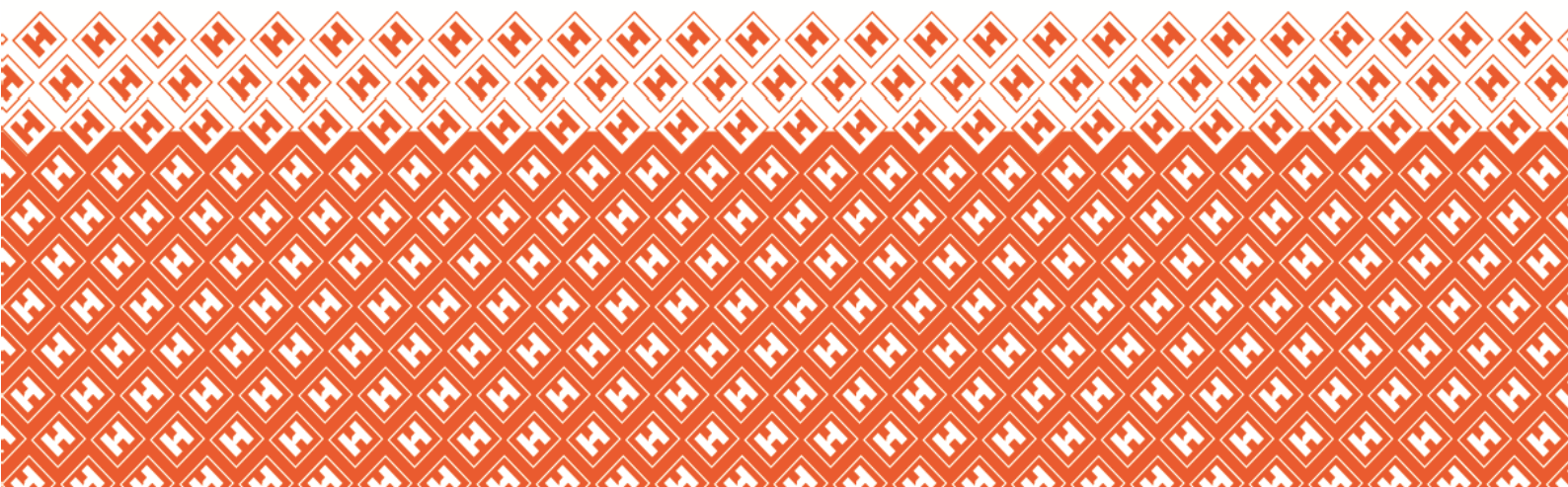
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MAYARA GOMES CUNHA

**ENTRE DIRETRIZES E PRÁTICAS: O LUGAR DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO
NO MATERIAL DIDÁTICO ESTRUTURADO**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
SETEMBRO / 2024**



MAYARA GOMES CUNHA

**ENTRE DIRETRIZES E PRÁTICAS: O LUGAR DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO
NO MATERIAL DIDÁTICO ESTRUTURADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

Orientadora: Dra. Regiane Cristina Custódio de Figueiredo.

**CÁCERES
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT. Catalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

Cunha, Mayara Gomes.

Entre diretrizes e práticas: o lugar da História de Mato Grosso no material didático estruturado / Mayara Gomes Cunha. - Cáceres, 2025.
105f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Ensino de História/CAC-PROFHISTORIA - Cáceres - Mestrado Profissional, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".

Orientadora: Dra. Regiane Cristina Custódio de Figueiredo.

1. ProfHistória. 2. Ensino de História. 3. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso. 4. História Local. 5. Material Didático Estruturado. I. Figueiredo, Regiane Cristina Custódio de, Dra. II. Título.

UNEMAT / MT-SCB

CDU 94(817.2)

MAYARA GOMES CUNHA

**ENTRE DIRETRIZES E PRÁTICAS: O LUGAR DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO
NO MATERIAL DIDÁTICO ESTRUTURADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Defesa de dissertação em 27 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra. Regiane Cristina Custódio de Figueiredo (UNEMAT)
Orientadora

Professor Dr. Osvaldo Rodrigues Junior (UFMT)
Examinador Externo

Professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Examinador Interno

Professora Dra. Marli auxiliadora de almeida (UNEMAT)
Examinadora Suplente



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA/PROFHISTÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 19h, ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado de **Mayara Gomes da Cunha**, com a produção intitulada “**Entre Diretrizes e Práticas: o Lugar da História de Mato Grosso no Material Didático Estruturado**”. A defesa ocorreu de forma remota, a distância, via Google/meet (<https://meet.google.com/xpj-wkre-oyy>). A Comissão Examinadora foi composta pela professora Dra. Regiane Cristina Custódio de Figueiredo (UNEMAT/orientadora-presidente), professor Dr. Osvaldo Rodrigues Junior (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Examinador Externo), professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT/Examinador Interno) e a professora Dra. Marli Auxiliadora de Almeida (UNEMAT/Examinadora Suplente). Concluída a exposição e a arguição, a Comissão Examinadora, após ponderações e avaliações, considerou a candidata **aprovada**. A candidata deverá atender, sob orientação, as exigências solicitadas de acordo com os prazos definidos pelo Programa. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pela presidente da Comissão Examinadora e pelos professores avaliadores.

Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br REGIANE CRISTINA CUSTODIO DE FIGUEIREDO
Data: 27/09/2024 21:56:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Regiane Cristina Custódio de Figueiredo
(UNEMAT – Presidente da Banca)
Participação remota – Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br OSVALDO RODRIGUES JUNIOR
Data: 01/10/2024 02:48:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Osvaldo Rodrigues Junior
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Examinador Externo Externo)
Participação remota – Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA
Data: 07/10/2024 15:04:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira
(Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT - Examinador Interno)
Participação remota – Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI AUXILIADORA DE ALMEIDA
Data: 09/10/2024 20:52:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marli Auxiliadora de Almeida
(Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT – Examinadora Suplente)
Participação remota - Síncrona

Para Luís Antônio, meu filho.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Regiane Cristina Custódio de Figueiredo por me guiar nessa trajetória. Por tantas vezes, em meio às adversidades, nunca hesitou em proferir palavras de incentivo. Sua gentileza tornou o percurso mais leve.

Ao meu companheiro, Deivide Rodrigues Alves, que nunca mediu esforços para me auxiliar. Você me inspira como professor e historiador.

Aos meus pais, Iara e Manoel, que desde a minha infância me ensinaram o valor da educação. Em especial, à minha mãe, cuja dedicação e apoio foram fundamentais durante a graduação e que se tornou minha rede de apoio no puerpério, permitindo que eu concluísse esta dissertação.

Às amigas Andréia, Ana Caroline e Wylliane com as quais compartilhei todo o curso do mestrado. Dividir essa etapa com vocês foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Às queridas Daniele e Juliana, colegas de profissão, que em muitos momentos dividiram comigo suas histórias acadêmicas, sempre me incentivando a escrever.

À gestão da Escola Estadual Parecis, que, no ano de 2022, foi parceira em ajustar os meus horários, garantindo que eu tivesse disponibilidade para cursar as disciplinas do mestrado.

Aos professores e professoras do ProfHistória de Cáceres, pois, por meio do conhecimento compartilhado por vocês esta dissertação pôde tomar forma. As disciplinas do curso foram fundamentais para a idealização e realização deste projeto.

Aos professores doutores Carlos Edinei de Oliveira e Osvaldo Rodrigues Junior, pelas valiosas contribuições realizadas durante o exame de qualificação deste trabalho.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, por meio do ProfHistória, que possibilitou a execução desta pesquisa.

*“A memória guardará o que valer a pena.
A memória sabe de mim mais que eu;
e ela não perde o que merece ser salvo.”
Eduardo Galeano*

RESUMO

A presente dissertação resulta de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, campus de Cáceres, e tem como objetivo geral analisar como as orientações referentes ao ensino de história local presentes no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) estão articuladas no material didático estruturado deste estado. O referido material didático resultou de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/SEDUC e a Fundação Getúlio Vargas/FGV e é ofertado aos estudantes da rede estadual de ensino. Como objetivos específicos, a proposta é identificar como a história local está inserida no referido documento, e principalmente, identificar qual o lugar ocupado pelos sujeitos históricos mato-grossenses (indígenas, mulheres, negros, quilombolas, migrantes, entre outros) nesse recurso didático-pedagógico, levando em consideração a importância desses grupos sociais para a formação histórica da região Centro-Oeste. Como procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa que considera como fonte de análise quatro coleções produzidas especificamente para os anos finais do ensino fundamental. Para isso, estabeleceremos um diálogo sobre as concepções e usos de materiais didáticos tendo por referência as reflexões desenvolvidas por Circe Bittencourt (2008), com atenção para as categorias de “livro didático ideal” e para a produção de conhecimento histórico de Jörn Rüsen (2011). Ao final da pesquisa, buscamos compreender como o material estruturado contribui para o ensino de História de Mato Grosso, considerando que o Documento de Referência Curricular (DRC-MT) tem função normativa no Estado. Além desse aspecto, buscamos analisar as possibilidades para estudo da história local e regional em sala de aula oferecidas ao professor e aos jovens estudantes da rede básica de ensino através de seus materiais oficiais.

Palavras-chave: ProfHistória. Ensino de História. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso. História Local. Material Didático Estruturado.

ABSTRACT

This Master's Thesis is the result of research carried out in the Professional Master's Degree in History Teaching (ProfHistória) at the State University of Mato Grosso/UNEMAT, Cáceres Campus, and its general objective is to analyze how the guidelines regarding the teaching of local history present in the Document of Curricular Reference for Mato Grosso (DRC-MT) are articulated in the structured teaching material of this state. This teaching material is the result of a partnership between the State Department of Education of Mato Grosso/SEDUC and Fundação Getúlio Vargas/FGV and it is offered to students in the state education network. As specific objectives, the proposal is to identify how local history is inserted in the analyzed document; and, mainly, identify the social place occupied by the historical subjects of Mato Grosso (indigenous, women, black people, quilombolas, migrants, among others) in this didactic-pedagogical resource, taking into account the importance of these social groups for the historical formation from the Midwest region. As methodological procedures, we opted for qualitative research that considers as a source of analysis four produced collections specifically for the final years of Elementary School. For this purpose, we established a dialogue about the conceptions and uses of teaching materials based on the theoretical support of Circe Bittencourt (2008), with attention to the categories of "ideal textbook" for the production of historical knowledge by Jörn Rüsen (2011). At the end of the research, we sought to understand how the structured material contributes to the teaching of History in Mato Grosso, considering that the Curricular Reference Document (DRC-MT) has a normative function in the State. In addition to this aspect, the possibilities for studying local and regional history in the classroom offered to teachers and young students in the basic education network through their official materials are analyzed.

Keywords: ProfHistory. History teaching. Mato Grosso Curricular Reference Document. Local History. Structured teaching material.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagens das capas dos materiais estruturados de 2023. Fundamental 2, anos finais.....	39
Figura 2 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 6º ano, volumes 1 a 4.	41
Figura 3 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 6º ano, volumes 1 a 4.	42
Figura 4 - Material didático estruturado, 6º ano	46
Figura 5 - Material didático estruturado, 6º ano	52
Figura 6 - Material didático estruturado, 6º ano	53
Figura 7 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 7º ano, volumes 1 a 4.	57
Figura 8 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 7º ano, volumes 1 a 4.	58
Figura 9 - Material didático estruturado, 7º ano	61
Figura 10 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 8º ano, volumes 1 a 4.	67
Figura 11 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 8º ano, volumes 1 a 4.	68
Figura 12 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 9º ano, volumes 1 a 4.	76
Figura 13 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 9º ano, volumes 1 a 4.	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT:	
6º ano	43
Tabela 2 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado:	
6º ano	45
Tabela 3 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT:	
7º ano	59
Tabela 4 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado:	
7º ano	59
Tabela 5 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT:	
8º ano.	68
Tabela 6 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado:	
8º ano	69
Tabela 7 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT:	
9º ano	77
Tabela 8 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado:	
9º ano	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEFAPRO - Centros de Formação e Atualização do Professor

DRC-MT – Documento de Referência Curricular para Mato Grosso

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SEDUC/MT – Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso

SEE – Sistema Estruturado de Ensino

SINTEP/MT – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO	15
1. HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: DA PEDAGOGIA NOVA AO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO	26
1.1 O Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e a História Local	30
1.2 O Sistema Estruturado de Ensino	35
2. O MATERIAL DIDÁTICO ESTRUTURADO DE MATO GROSSO	39
2.1 Adentrando as coleções: 6º ano	41
2.2 Adentrando as coleções: 7º ano	57
2.3 Adentrando as coleções: 8º ano	67
2.3 Adentrando as coleções: 9º ano	76
3. O LIVRO DIDÁTICO E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	84
3.1 O “livro didático ideal”	87
3.2 “O livro didático ideal” e o material didático estruturado	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

Esta dissertação de mestrado insere-se no campo do Ensino de História e tem como objetivo geral analisar como as orientações curriculares referentes ao ensino de História Local, presentes no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT), estão articuladas no material didático estruturado oferecido aos estudantes do ensino fundamental da rede pública de ensino do estado. Esse objetivo surgiu a partir de uma inquietação constante em minha vivência como professora de História atuante da rede pública de ensino de Mato Grosso, em turmas do ensino fundamental e médio. Abordarei esse aspecto mais adiante. Antes, porém, para contextualizar, compartilharei um pouco da minha trajetória na docência.

Nasci na Bahia, em uma cidade do interior chamada Vitória da Conquista. Ao ingressar no curso de História, em 2011, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), tive a oportunidade de aprender mais sobre a história do meu estado e da minha cidade por meio das disciplinas e eventos acadêmicos voltados à História Local. No entanto, com exceção dos estágios obrigatórios, não tive a oportunidade de lecionar ao longo de um ano letivo completo. Pouco tempo após a formatura, mudei-me para o estado de Mato Grosso e, então, vivenciei uma experiência mais completa e desafiadora como docente ao ser contratada para lecionar em uma escola municipal, em turmas do ensino fundamental II. Um desses desafios era abordar a História de Mato Grosso em sala de aula. O que eu sabia sobre o estado restringia-se a aspectos destacados nos estudos sobre História do Brasil, mas, como professora atuante no estado, precisava me aprofundar e, para isso, buscar fontes.

Durante o meu primeiro ano lecionando em Mato Grosso, em 2019, as escolas ainda estavam debatendo e se adaptando à BNCC e aos novos modelos de planejamento, pois se tratava de algo recente. Frequentemente, cursos e formações continuadas eram oferecidos aos docentes das redes municipal e estadual. No meu contexto escolar, falava-se muito sobre a BNCC, mas o currículo estadual (DRC-MT) ainda era desconhecido por boa parte da comunidade. As discussões acerca do DRC-MT¹ chegaram até mim pela primeira vez por colegas de profissão que lecionaram na

¹ O Documento de Referência para Mato Grosso (DRC-MT) é o currículo estadual de caráter normativo para todas as etapas da educação básica. Elaborado em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e vigente desde 2018, o DRC-MT tem como objetivo subsidiar os projetos político-pedagógicos e os demais planos de ensino das escolas, atendendo às especificidades da realidade local.

rede estadual, pois algumas escolas já exigiam a inclusão das temáticas do DRC-MT no planejamento do professor.

Mesmo que essa ainda não fosse uma exigência da escola que eu lecionava, decidi procurar materiais que ajudassem no momento em que precisasse fazer tal articulação no meu planejamento. A primeira ideia foi buscar, na biblioteca da escola, materiais de apoio sobre a história de Mato Grosso que me auxiliassem na elaboração de planos de ensino e que pudessem ser utilizados como recurso didático em sala de aula. No entanto, encontrei apenas uma cartilha sobre o estado de Mato Grosso e um material voltado para a educação infantil.

Em 2022, quando ingressei no ProfHistória, tinha uma outra pretensão de pesquisa. No entanto, durante uma produção para a disciplina de História do Ensino de História, procurei fazer um levantamento acerca das pesquisas acadêmicas que envolviam o DRC-MT na área de História e, para minha surpresa, naquele momento, não obtive resultados nas buscas. Assim, passei a considerar o DRC-MT como objeto de pesquisa. Concomitantemente, enfrentava o desafio profissional de articular um planejamento de ensino dentro das normas estabelecidas pelo Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT), tendo em vista a escassez de materiais didáticos e paradidáticos que abordassem as especificidades da história de Mato Grosso nas escolas. Diante de tal situação, recorria à ferramenta disponível: via de regra, o livro didático.

Todavia, por ser produzido em escala nacional, a história abordada nas coleções das grandes editoras, — normalmente distribuídas nas escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) — concentra-se nos centros urbanos brasileiros. Desse modo, o estado de Mato Grosso só aparece (quando mencionado) em um contexto de compreensão de eventos históricos marcados como relevantes no âmbito nacional, como o Ciclo da Mineração, a Guerra do Paraguai, entre outros temas.

Em confluência com as demandas mencionadas, no início do ano letivo de 2022, o Governo do Estado de Mato Grosso caminhou na contramão do PNLD e decidiu, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), ofertar aos estudantes da rede estadual de ensino um material próprio. O objetivo de recuperar a aprendizagem em defasagem causada pelo ensino remoto, consequência da pandemia da Covid-19.

Esse material, denominado Material Didático Estruturado, consiste em uma apostila que contempla os componentes curriculares obrigatórios de acordo com cada etapa da educação básica. Quatro cadernos apostilados são entregues aos estudantes à medida que se inicia cada bimestre letivo. A promessa da SEDUC/MT era de que ele seria um material regionalizado, produzido especialmente para o Estado de Mato Grosso e alinhado ao DRC-MT. Naquele momento, meus interesses se entrelaçaram, despertando a curiosidade em examinar mais profundamente esse recurso, principalmente porque, no mesmo período, eu lecionava em uma escola da rede estadual onde o uso do referido material era obrigatório.

Os objetivos específicos da pesquisa que fundamentou esta dissertação estão metodologicamente organizados na seguinte perspectiva: a) analisar o contexto de construção do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso; b) analisar o contexto de construção do Material Didático Estruturado; c) examinar como a história local está inserida no Material Didático Estruturado do estado de Mato Grosso; d) identificar como se dá a abordagem sobre indígenas, mulheres, negros, quilombolas e migrantes no material didático estruturado; e) analisar a contribuição do material didático estruturado para o ensino de História de Mato Grosso, considerando que o Documento de Referência Curricular possui função normativa.

No que tange aos currículos regionais ou estaduais, a inserção da história local é fundamental para uma aprendizagem mais significativa da História, uma vez que aprender sobre as especificidades da própria localidade contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento do indivíduo, que passa a se reconhecer como parte daquela comunidade, contribuindo para a valorização da sua história e cultura. No campo do ensino de História, o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso estabelece as unidades temáticas, habilidades e os objetos de conhecimento relacionados ao contexto histórico do estado. Como documento normativo em Mato Grosso, ele determina que os Projetos Políticos Pedagógicos, planos de ação, planos de ensino e outros documentos de caráter pedagógico estejam alinhados à BNCC e ao documento estadual (DRC-MT).²

² A Resolução Normativa n.º 009/2023/CEE-MT em seu Art. 6º estabelece que “Na elaboração de seus currículos as escolas deverão, obrigatoriamente, considerar: I. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC; II. As Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Estadual de Ensino; III. Documento de Referência Curricular para o Estado de Mato Grosso; IV. A Parte Diversificada do currículo em consonância com sua Proposta”. Consultar: <https://www.sinepe-mt.org.br/documento/8#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20N%C2%BA%2009%2D2023,M%C3%A9dio%20para%20o%20Sistema%20Estadual>

No âmbito escolar, Bittencourt (2008), destaca que:

[...] as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade (Bittencourt, 2008, p. 42).

Uma disciplina possui um caráter mutável, como observou Bittencourt (2008), o que nos convida a refletir sobre o fato de o Brasil, sendo um país de dimensões continentais, apresentar uma ampla diversidade cultural. Dessa forma, os componentes curriculares podem variar de forma significativa, dependendo da região e/ou local. É fundamental, portanto, que o currículo escolar não seja algo engessado, mas esteja em constante aprimoramento, buscando atender da melhor maneira possível às necessidades da comunidade escolar.

A Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determina em seu art. 26 § 4º, que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.” Dessa forma, é essencial que os currículos possibilitem espaços de conhecimentos, em conformidade com a legislação nacional.

Retomando a minha trajetória como professora, enquanto lecionava em cidades localizadas no sudoeste de Mato Grosso, estive inserida em um contexto escolar extremamente diverso. Por um lado, havia a forte presença de estudantes migrantes, em sua maioria provenientes das regiões Norte e Nordeste, cujas famílias trabalhavam nas indústrias ou em fazendas de *commodities* agrícolas da região, e que muitas vezes praticavam a migração sazonal. Por outro lado, havia estudantes indígenas que residiam em aldeias locais, além de migrantes permanentes oriundos de diferentes estados brasileiros. Diante desse cenário, elaborar um plano de ensino que contemplasse e apresentasse resultados satisfatórios para um público com culturas e experiências tão diversas foi um grande desafio. Este foi um dos fatores que me despertou o interesse pelo objeto de estudo apresentado nesta pesquisa.

Considerando tudo o que foi exposto até aqui sobre meu interesse em estudar os sujeitos históricos abordados, o problema de pesquisa surgiu da reflexão de que a história de Mato Grosso, assim como a de outros estados da região Centro-Oeste, evidencia uma grande diversidade étnica, especialmente quando se trata de indígenas, negros e quilombolas. A importância desses povos é elucidada pelo DRC-

MT, que enfatiza, nos anos finais do componente curricular de História, o protagonismo desses grupos na formação e construção da história do estado. Nesse cenário, esse foi um elemento de análise fundamental na construção da pesquisa que possibilitou esta dissertação: compreender se houve espaço destinado às minorias étnicas mato-grossenses no material estruturado e, em caso afirmativo, se o contexto da sua inserção esteve de acordo com o que foi proposto pelo DRC-MT. Outro fator que despertou meu interesse foi a utilização do livro didático como documento de análise, dada sua relevância histórica e metodológica no contexto da sala de aula.

Como ferramenta didática que se mescla ao processo de institucionalização do sistema educacional brasileiro, o livro didático tem se consolidado como objeto de investigação no campo historiográfico. Nas últimas décadas, o debate em torno dos manuais didáticos de História tem se ampliado, conquistando maior notoriedade. Em seu texto “O livro didático: alguns temas de pesquisa”, Munakata (2012, p. 182) afirma que a expansão de pesquisas sobre livro didático não é apenas um fenômeno brasileiro, como internacional. O autor argumenta que “na sociedade atual, capitalista, todo esse processo desemboca num produto, que é a mercadoria. Não se pode abstrair do livro – e do livro didático – a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para o mercado.” (Munakata, 2012, p. 185). Consideramos, portanto, que os livros didáticos não são apenas ferramentas educativas, mas também produtos comerciais. Eles são criados com o objetivo de serem vendidos e gerar lucro, o que implica que as decisões sobre seu conteúdo, formato e distribuição são, em grande parte, influenciadas por considerações de mercado.

Uma das problemáticas acerca desse campo de pesquisa reside no papel que os livros didáticos desempenham no processo de ensino-aprendizagem e na função que exerceram em diferentes contextos políticos. Outrora concebido como “vilão”, o livro didático tem tido sua visão negativa gradualmente desconstruída. A historiadora Flávia Caimi (2010) ressalta que a visão negativa acerca do livro didático tem se modificado. Segundo a autora, ele pode ser considerado um suporte cultural que transcende o espaço escolar. Em suas palavras:

Entendido atualmente como um suporte cultural que opera para além da escola, já que constitui, muitas vezes, o único material de leitura que entra nas casas dos estudantes de escolas públicas brasileiras, o livro didático é também considerado um importante instrumento de trabalho para os processos de ensino-aprendizagem escolares, um significativo auxiliar para o trabalho do professor e um elemento bastante presente na formação das novas gerações (Caimi, 2010, p. 110).

Nesse sentido, é imprescindível reconhecer a relevância do livro didático como instrumento de trabalho que impacta diretamente a formação dos estudantes das escolas públicas no Brasil. Mesmo diante de inúmeras possibilidades e recursos educacionais, o livro didático permanece como um instrumento fundamental para os componentes curriculares obrigatórios. Em unidades escolares com escassez de materiais e recursos tecnológicos, seu papel é ainda mais evidente, pois, muitas vezes, as únicas representações visuais disponíveis para os estudantes são aquelas ilustradas no livro. Um bom material didático³ contribui significativamente para o processo de ensino e aprendizagem e, por isso, também carrega um caráter político.

Outra pesquisadora referência no estudo de manuais didáticos, Circe Bittencourt (2008), caracteriza o livro didático como um objeto cultural complexo e de difícil definição, uma vez que:

[...] se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências (Bittencourt, 2008, p. 301).

Bittencourt (2008) chama a nossa atenção para os usos e o consumo desse artefato cultural, podemos concebê-lo dessa maneira. O livro didático não é um produto isolado; ele resulta da intervenção de vários sujeitos envolvidos em sua produção, circulação e consumo. Além de perpassar pela mediação de órgãos reguladores que, dentro de contextos marcados por interesses políticos, sociais e econômicos, podem influenciar diretamente o conteúdo selecionado.

A autora salienta um ponto frequentemente apontado em diversas pesquisas sobre o tema: os livros didáticos “[...] são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um “ensino tradicional”. (Bittencourt, 2008, p. 300). Como um objeto de múltiplas facetas, os materiais didáticos podem atuar como veículos de transmissão de determinados valores. Ao longo da história do Brasil, eles já foram

³ O bom material, neste caso, faz jus à minha percepção como educadora e deve estar alinhado às diretrizes educacionais; apresentar um conteúdo atualizado e organizado de forma lógica e sequencial; possuir uma linguagem didática e acessível aos estudantes; ser rico em recursos visuais, como figuras, mapas e tabelas científicas; ter objetivos claros em cada capítulo, com textos que estejam em conformidade com os exercícios propostos; saber mesclar teoria e prática, de modo que o estudante compreenda a importância e a aplicação do conteúdo; e oferecer ao professor um bom apoio didático, com orientações e propostas de recursos metodológicos.

utilizados para esse fim, evidenciando seu papel como instrumentos que refletem e moldam aspectos ideológicos e culturais.

Partindo do princípio de que a escolha do material didático é uma questão política, esse aspecto torna-se estratégico e “[...] envolve o comprometimento do professor e da comunidade escolar perante a formação do aluno.” (Bittencourt, 2008, p. 298). Constantemente, os autores que estudam material didático chamam atenção para a questão política, que parece ser um ponto nevrálgico nas reflexões.

Durante a vigência do PNLD no estado de Mato Grosso, a escolha do livro didático era comumente atribuída ao corpo docente. No início do ano letivo, as editoras cujos materiais haviam passado pela pré-seleção do MEC enviavam diversos exemplares às escolas para avaliação. O critério de votação era determinação da unidade escolar, podendo ocorrer por componente curricular, área de conhecimento, entre outros parâmetros. Assim, os professores escolhiam o material que gostariam de utilizar ao longo do ano letivo. Essa escolha podia variar conforme cada unidade escolar do município, uma vez que as comunidades escolares apresentam especificidades distintas. Dessa forma, os livros eram selecionados de maneira a atender às particularidades do público atendido.

Com a adesão ao Sistema Estruturado de Ensino (SEE), o material adotado passou a ser único e de uso obrigatório, extinguindo o processo democrático de escolha pelos professores. Vale destacar que a decisão de implementar um material desenvolvido exclusivamente para o estado não é uma exclusividade de Mato Grosso. São Paulo é o exemplo mais recente de estado que optou pela adoção de um material exclusivo, alinhado ao currículo estadual. Esse material, entretanto, já se tornou alvo de polêmicas. Em nota recente, a justiça de São Paulo decretou a suspensão temporária de seu uso devido a erros considerados graves no conteúdo.⁴ A partir desse cenário, podemos depreender a importância das pesquisas que tomam como objeto os materiais didáticos em diferentes estados do Brasil, como é o caso desta pesquisa, que tem foco em Mato Grosso.

No horizonte das discussões acerca da complexidade do livro didático, Flávia Caimi (2017) destaca algumas dimensões de análise desenvolvidas ao longo das últimas décadas do século XX. De acordo com a historiadora, até os anos 1990, os

⁴ Consultar matéria: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/04/justica-manda-secretaria-da-educacao-de-sp-suspender-liberacao-de-material-didatico-digital-apos-erros-em-conteudos.ghhtml>> Acesso em 10 set.2023.

enfoques a respeito dos estudos sobre livro didático, consistiam na presença ou ausência de determinados conteúdos, valorizando pouco sua complexidade no contexto escolar. Outrossim, algumas vertentes de pesquisas compreendiam o livro didático como instrumento de poder das classes dominantes, uma vez que priorizava a “história dos vencedores”, em detrimento das chamadas minorias sociais. Esse cenário começou a se alterar a partir de 1990, especialmente em 1994, momento em que o PNLD passou a assumir novas características, incluindo mecanismos de avaliação dos livros didáticos e discussões a respeito da qualidade do que estava sendo produzido, como preocupação com anacronismos, estereótipos e outras especificidades.

Não se pode perder de vista que os livros didáticos passam por critérios rigorosos de avaliação. Oliveira (2017) ao analisar os critérios de avaliação de livros didáticos de História pelo PNLD enfatiza o que dizia o edital de 2010 do programa a respeito dos “livros regionais” que abordam a história do município ou estado. O documento destacava que estes “não deveriam apresentar regionalismos, ou seja, visões estereotipadas da diversidade brasileira, seja por meio do texto ou das imagens utilizadas” (Oliveira, 2017, p. 62). Além disso, enfatizava que o professor deveria ser capaz de estabelecer relações entre o geral e o particular, entre o nacional e o global, dentre outros aspectos. Os “livros regionais” deveriam, ainda, abrir espaço para a desconstrução de visões estereotipadas. O edital pontuava o seguinte:

[...] no manual do professor do livro regional, deveria haver: justificativa sobre o valor do ensino de história local/regional para a formação de crianças e adolescentes; informação sobre a metodologia de ensino de história local/regional; sugestões teóricas para auxiliar ao professor no seu trabalho de estabelecer relações entre o particular e o geral, o próximo e o distante, a experiência local e a experiência nacional/global; informações sobre a existência e sugestões para a utilização dos lugares de memória dos repositórios de fontes sobre a experiência local/regional (Oliveira, 2017, p. 62).

Oliveira (2017), portanto, destaca a importância de que o manual do professor apresente uma justificativa clara sobre o valor do ensino de história local. Além disso, ele enfatiza a necessidade de oferecer orientações abrangentes e detalhadas aos professores que lecionam história local/regional, permitindo-lhes estabelecer conexões entre os aspectos macrossociais e microssociais. Com essas diretrizes esclarecidas, o autor considera que haverá enriquecimento das estratégias de ensino, facilitando o planejamento e ampliando as opções metodológicas para aplicação em

sala de aula. Dessa forma, as aulas tornam-se mais envolventes, ao mesmo tempo que contribuem para o alcance dos objetivos pedagógicos propostos.

O debate acerca do uso, produção e circulação de materiais didáticos é extenso. Durante o desenvolvimento desta dissertação, o foco da pesquisa foi realizar uma análise centrada nos materiais didáticos que circulam nas escolas estaduais de Mato Grosso. O interesse por esse objeto de estudo foi pautado no contexto e na justificativa de sua produção, sendo os principais objetivos: recuperar a aprendizagem dos estudantes em um cenário de grave *déficit* educacional, agravado pela pandemia da Covid-19 e consequente suspensão das aulas presenciais. Soma-se a esses fatores, a intenção por parte da SEDUC-MT de abordar as especificidades da história local/regional, conforme estabelecido no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT, 2018). Essa abordagem foi consolidada em um material exclusivo do Estado, de uso obrigatório, que ocuparia o espaço que outrora se destinava aos livros distribuídos pelo PNLD.

Face ao exposto, a relevância social desta dissertação reside no interesse em conhecer o material e identificar nele os pontos que se aproximam ou se distanciam do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT, 2018), uma vez que ele serve de base didático-pedagógica para cerca de 370 mil estudantes da rede estadual de ensino⁵. Ademais, uma vez que os discentes são convocados a realizar provas⁶ de cunho externo promovidas pela SEDUC-MT, com o objetivo de avaliar sua aprendizagem, torna-se imprescindível compreender se os estudantes dispõem de uma base material adequada ao currículo estadual. Tal material deve possibilitar aos professores conduzi-rem os processos de ensino-aprendizagem de modo satisfatório, apresentando-se em consonância com o que está prescrito como ideal no Documento de Referência.

O próprio estado de Mato Grosso prescreveu e encomendou um material didático. Agora, esta pesquisa busca conhecer esse material de maneira criteriosa e

⁵ Dados fornecidos pela SEDUC-MT e encontrados no link: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/23446395-aulas-na-rede-estadual-sao-retomadas-na-segunda-feira-6-com-novos-programas-para-tornar-mt-referencia-no-ensino>

⁶ As provas são promovidas pelo sistema “Avalia MT” e consiste em “um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite a realização de um diagnóstico da educação básica do Estado de Mato Grosso e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Portanto, em regime de colaboração entre o Estado e os municípios, o Avalia MT configura-se como uma política pública de monitoramento da qualidade educacional do processo de ensino e aprendizagem do Estado de Mato Grosso.” Consultar: <http://www3.seduc.mt.gov.br/avaliامت> Acesso em 14 fev. 2023.

detalhada, a fim de verificar até que ponto as diretrizes do Documento de Referência foram efetivamente consolidadas. Para alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Foram selecionadas quatro coleções didáticas como fontes de análise, correspondentes aos anos finais do ensino fundamental (6º, 7º, 8º e 9º anos). A escolha dessas coleções baseou-se nos objetos de conhecimento abordados em cada série. Os conteúdos do 6º, 7º e 8º anos enfatizam a diversidade étnico-cultural e a contribuição dos povos indígenas e africanos para a formação da sociedade mato-grossense, abordando ainda os principais conflitos ocorridos no século XIX. Esse enfoque nos grupos históricos foi um critério central para a análise, dado o impacto significativo que exerceram e ainda exercem na história do Estado. O material do 9º, por sua vez, compreende uma diversidade de conteúdos voltados à História Local, evidenciando a situação das minorias étnicas no contexto dos séculos XX e XXI.

A primeira versão do material foi distribuída nas escolas no ano de 2022 e o objetivo para esta dissertação era analisar essa coleção inicial. No entanto, uma nova versão foi entregue em 2023. Optamos, portanto, em utilizar a versão atualizada. Analisamos aqui a versão do manual do professor, uma vez que nela constam as habilidades referentes a cada unidade temática e/ou objetos de conhecimento para auxiliar o docente no momento do planejamento.

Para atingir os objetivos aqui pretendidos, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, sob o título “História do ensino de história: da pedagogia nova ao documento de referência curricular para Mato Grosso”, inicia com uma breve contextualização acerca da história do ensino de História no Brasil, fundamentada sob o aporte teórico de Cezar (2004), Dewey (2011), Nadai (1993) e Saviani (2018). Para uma melhor compreensão das fontes, aborda-se o processo de construção do SEE e do DRC-MT. Neste último, enfatiza-se como a História Local ou História Regional⁷ está inserida no documento, dialogamos, assim, com Barros (2004), Neves (2002) e Revel (1998).

No segundo capítulo, “O material didático estruturado de Mato Grosso”, busca-se examinar o material didático dos anos finais do ensino fundamental II, de acordo com o objetivo geral e os específicos mencionados no início desta introdução.

⁷ Nesta dissertação, fizemos uso dos termos História Local e Regional como sinônimos.

O terceiro capítulo, sob o título, “O livro didático ideal e a consciência histórica”, discute as categorias de análises do “livro didático ideal” conforme Rüsen (2011), realizando um estudo comparativo com base nas considerações feitas sobre o material didático estruturado.

Por fim, esta pesquisa incorpora a elaboração de um produto didático-pedagógico que visa contribuir diretamente com estudantes e professores da educação básica, especialmente com docentes de História dos anos finais do ensino fundamental. Esse material busca viabilizar novos caminhos para que o professor trabalhe a História Local em sala de aula, por meio de um manual orientativo em formato de cartilha. A cartilha apresentará um itinerário de locais cuja história está ligada à resistência das minorias étnicas mato-grossenses. A escolha por esse formato fundamenta-se na compreensão da relevância que os lugares de memória possuem para o entendimento do conhecimento histórico, além de oferecer um guia direcionado aos docentes. O material busca estabelecer um vínculo entre o saber acadêmico e a educação antirracista. Portanto, o projeto intitulado “Os Lugares de Memória na Cidade: Ocupação e Resistência das Minorias Étnicas em Cuiabá/MT” tem como objetivo auxiliar na prática pedagógica dos professores de História que atuam na educação básica, tendo como eixo norteador a História de Mato Grosso e alguns de seus lugares de memória.

1. HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: DA PEDAGOGIA NOVA AO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO

Para uma compreensão mais efetiva da construção do DRC-MT e, conseqüentemente, das políticas educacionais que culminaram na adoção do material estruturado, faz-se necessário realizar uma breve contextualização acerca da história do ensino de História. Neste capítulo, aborda-se o percurso da disciplina, tomando como marco a Pedagogia Nova, passando pela pedagogia tecnicista, pela lei 9.394/96, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que teve como desdobramento os currículos estaduais.

O processo de construção da História como disciplina escolar no Brasil está intrinsecamente ligado ao projeto de consolidação do recém-criado Estado Nacional e à necessidade de definição de uma identidade nacional, conforme exposto por Cezar (2004). Com o advento da República, o sentimento nacionalista e o objetivo de formar os cidadãos patrióticos ganharam força e relevância no ensino de história. Desse modo, a moral religiosa foi perdendo espaço em prol de uma educação cívica, consolidada pela inclusão da *Instrução Moral e Cívica* nos currículos escolares. Houve também uma expansão do ensino secundário e a tentativa de implementação de um ensino público. Paralelamente, na Europa, diversos países passaram a considerar a educação uma responsabilidade do Estado.

No contexto de consolidação da História como disciplina no Brasil, a *Escola Nova*, movimento de renovação escolar originado na Europa, foi introduzido ao país. O filósofo e educador estadunidense John Dewey (1859 – 1952) foi um dos pioneiros na difusão da pedagogia escolanovista nas Américas. O método propõe uma aprendizagem significativa, fundamentada na cientificidade, na crítica, no raciocínio lógico e na capacidade do aluno de desenvolver seu conhecimento com base nas suas próprias experiências. No campo da História, enfatizava-se o estudo das sociedades contemporâneas em detrimento do passado. Esses princípios contrastavam com o modelo tradicional, caracterizado pela memorização excessiva e pela passiva transmissão do conhecimento. Com a educação tradicional foi diferente, conforme explicou Dewey (2011):

A educação tradicional não teve que enfrentar tal problema, pôde ignorar sistematicamente essa responsabilidade. O ambiente escolar de carteira, quadro-negro e um pequeno pátio era considerado suficiente. Não havia exigência de que o professor conhecesse intimamente as condições físicas,

históricas, econômicas, ocupacionais etc da comunidade local [...] (Dewey, 2011, p. 41).

Infere-se, a partir das palavras do autor, que a educação tradicional apresentava menor exigência por não assumir a responsabilidade de se conectar com o contexto de vida do aluno e da comunidade. A escola limitava-se ao espaço físico. Por outro lado, segundo Dewey: “um sistema educacional baseado na necessária conexão entre educação e experiência, se fiel aos seus princípios, deve, ao contrário, levar todas estas coisas em consideração constantemente [...]” (Dewey, 2011, p. 41).

Dewey (2011) argumenta que o professor deve possuir um conhecimento aprofundado das condições físicas, históricas, econômicas e ocupacionais da comunidade local em que atuava, estabelecendo, assim, uma conexão entre educação e experiência. Ao contrário da educação tradicional, a concepção pedagógica do autor defende que a prática docente não se limita à transmissão de informações teóricas, mas que está integrada à vivência social do grupo, valorizando a conexão entre educação e contexto social.

No Brasil, inspirado pela concepção pedagógica de Dewey e no seu período de passagem pelos Estados Unidos, o educador baiano Anísio Teixeira aplicou os princípios da Escola Nova em sua atuação em diversos órgãos governamentais. No âmbito acadêmico, destacou-se a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) fruto de uma proposta inovadora à época. Os primeiros cursos de História direcionados à formação de professores no Brasil foram criados na década de 1930, com a inauguração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. A UDF foi extinta em 1939, dando lugar à criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A pedagogia escolanovista perdurou até meados da década 1960. Saviani (2018) considera que a Escola Nova: “[...] tornou possível, ao mesmo tempo, o aprimoramento do ensino destinado às elites e o rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares” (Saviani, 2018, p. 43). Dessa forma, a Escola Nova perpetuou as disparidades sociais, uma vez que, enquanto as elites tinham acesso a uma educação mais eficaz, as camadas populares continuavam a enfrentar limitações sem acesso a uma formação de qualidade. Nesse contexto, surgiu uma tentativa de construção de uma pedagogia mais progressista, conhecida como “educação

popular”, sob a influência de Paulo Freire. Como reação, a pedagogia tecnicista entrou em vigor em decorrência da Ditadura Civil-Militar.

Os métodos tecnicistas, por sua vez, tinham como base uma neutralidade científica e pressupunham uma pedagogia funcionalista e operacional, voltada para a formação de mão de obra, adaptação ao mercado de trabalho e aumento da produtividade. Enquanto a Escola Nova defende o professor como alguém que deveria estimular a aprendizagem, no tecnicismo o papel do professor restringia-se a cumprir ordens técnicas, mantendo uma postura neutra e imparcial. Além disso, sob o regime tecnicista, houve perseguições evidentes daqueles que o Estado julgou não cumprir rigorosamente as ordens impostas, resultando no encerramento de escolas e na prisão de professores. Em contrapartida, como explica Elza Nadai (1993):

[...] apesar da censura e da implantação de outros mecanismos coercitivos, a produção histórica foi se renovando com o emprego da dialética marxista como método de abordagem e com a incorporação de métodos de pesquisa abrangentes e direcionados para o social como a escravidão e a economia colonial (Nadai, 1993, p. 157).

Nadai (1993) observa que, mesmo com a censura em vigor, a produção histórica conseguiu se renovar a partir do uso da dialética marxista⁸ como método de abordagem, o que possibilitou enfocar questões sociais relevantes, como a escravidão e a economia colonial.

A autora evidencia ainda que a historiografia brasileira passou por um processo de releitura, incorporando temas anteriormente considerados menores. Nesse sentido, Nadai (1993, p. 157) afirma: “[...] buscou-se a identidade nas diferenças - de espaço, de formação, de organização, de história, de lutas e de resistências.” Nesse sentido, as histórias regionais e locais passaram a ocupar maior espaço nas universidades.

No que diz respeito à formação de professores, deixava muito a desejar, caracterizando-se por cursos de curta duração e baixo teor científico. A disciplina de História foi submetida a controle rigoroso por parte do regime ditatorial. Com a LDB

⁸ A dialética marxista é uma abordagem filosófica e metodológica desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels para entender e analisar a sociedade, a história e as mudanças sociais. Conforme Netto (2011), o pensamento de Karl Marx (1818-83) se distingue das correntes filosóficas precedentes, oferecendo uma abordagem metodológica inovadora. Na teoria social de Marx, a questão do método é apresentada como um nó de problemas. Esses problemas não são apenas de natureza teórica e filosófica, mas também têm raízes ideopolíticas. Isso ocorre porque a teoria social de Marx está intrinsecamente ligada a um projeto revolucionário.

5692/71, sua carga horária foi reduzida para duas horas semanais, limitada a apenas um ano do segundo grau, sendo integrada aos chamados Estudos Sociais. História e Geografia deixaram de ser disciplinas autônomas. Além disso, não havia espaço para o desenvolvimento do senso crítico no ensino da disciplina de História. O objetivo era enfatizar a moral cívica e a atender às demandas do regime político, cujo objetivo era formar cidadãos obedientes e ordeiros.

Na década de 1980, com a reabertura política no Brasil, o ensino de História passou por transformações significativas. Entre as principais mudanças, destacou-se a luta pela extinção da disciplina de Estudos Sociais, criada durante o regime militar, e a incorporação de novas produções historiográficas na elaboração dos currículos. Nesse contexto, surgiram propostas pedagógicas centradas na mudança em relação às diretrizes determinadas pelo regime militar. Concomitantemente, o processo de redemocratização pensava uma concepção pedagógica em que o professor não se resignava a um mero técnico transmissor de conhecimento. Consequentemente, o educador tecnicista foi perdendo espaço e começou a ganhar força a visão do educador como um agente crítico e reflexivo. Movimentos populares questionaram a manutenção de disciplinas como a Educação Moral e Cívica⁹, bem como a cronologia pautada no processo histórico eurocêntrico.

Com a sanção da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), novos avanços foram consolidados no ensino de História. O artigo 26, § 4º, da LDB determinou que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.” Em consonância com essa diretriz, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 e 1998 para o ensino fundamental, os quais introduziram novas propostas pedagógicas. Essas propostas incluíram temas transversais centrados em Eixos Temáticos, abordagens diacrônicas, utilização de fontes históricas e um ensino alinhado à pesquisa, entre outros aspectos.

⁹ A Educação Moral e Cívica foi incluída como uma disciplina obrigatória nas escolas durante o regime militar no Brasil (1964-1985) e tinha entre outros objetivos, promover o sentimento de patriotismo, evidenciando os símbolos nacionais como a bandeira e o hino; moldar os estudantes para serem cidadãos obedientes às autoridades, de modo que reforçassem a ordem e a hierarquia nacional e o combate à “subversão”, que neste contexto, era considerado subversivo àqueles que promovem ideias contrárias ao governo vigente. A disciplina deixou de ser obrigatória após a redemocratização do país. (NADAI, 1993)

Com base nas concepções acima mencionadas, o Ministério da Educação idealizou uma Base Nacional Comum Curricular, cuja primeira versão foi publicada em setembro de 2015, durante o governo Dilma Rousseff. Contudo, o texto referente ao ensino de História foi alvo de muitas críticas por parte de historiadores como Marieta de Moraes Ferreira, Ronaldo Vainfas, Flávia Caimi, entre outros intelectuais do âmbito educacional. Após algumas reformulações, uma segunda versão da BNCC foi publicada em maio de 2016, e, em dezembro de 2017, a versão final veio a público. Essa versão definitiva serviu como documento norteador para a construção dos currículos estaduais no Brasil. Em Mato Grosso, o Documento de Referência foi homologado em 2018 e será abordado na próxima seção.

1.1 O Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e a História Local

O DRC-MT, homologado pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc) em dezembro de 2018, abrange as etapas da educação infantil e ensino fundamental, articula as habilidades referentes à história local de Mato Grosso a serem trabalhadas ao longo da educação básica e propõe alternativas metodológicas e mecanismos avaliativos.

Para a construção do documento, foi realizada uma consulta pública durante 53 dias, na qual, de acordo com o que consta no texto, participaram 11.350 pessoas. Dessas, 39% contribuíram na etapa do ensino fundamental, anos finais. O texto foi elaborado por uma equipe de redatores da SEDUC/MT, das secretarias municipais de educação dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, dos Cefapros¹⁰ e professores da rede pública, além de colaboradores de outras redes de instituições de ensino do Estado.

A estrutura do DRC se assemelha à da BNCC, com o adendo das habilidades e objetos do conhecimento voltados para a história de Mato Grosso. No sexto ano, os alunos aprendem sobre a periodização da história no contexto geral e do estado, o uso de fontes regionais, conceitos de territórios, cultura e economia dos povos indígenas de Mato Grosso, a influência dos povos que contribuíram para a formação do estado, conceitos de trabalho livre e escravo, e o protagonismo feminino na

¹⁰ Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) é considerado o órgão de referência responsável pelas políticas de Formação Inicial e Continuada de professores do sistema educacional do Estado de Mato Grosso.

sociedade mato-grossense. No sétimo ano, destaca-se o estudo sobre o estado de Mato Grosso antes da chegada dos europeus, o movimento bandeirantista, o ciclo da mineração e a resistência indígena.

No oitavo ano, os alunos devem estudar os desdobramentos da independência do contexto local, a cultura da população negra e indígena, a Rusga¹¹, o envolvimento do estado na guerra do Paraguai e a resistência dos povos tradicionais de Mato Grosso no século XIX. O nono ano aborda, no contexto do século XX, são abordados temas como a modernização de Cuiabá, o protagonismo negro durante a República, a diversidade étnico-racial, a Constituição de Mato Grosso, a Marcha para o Oeste, a colonização do norte de Mato Grosso após a década de 1970, os conflitos agrários e indígenas no estado, a divisão geopolítica do estado e a violência contra a população marginalizada. Observa-se a forte presença da cultura local e das minorias étnicas, especialmente dos povos indígenas, no contexto da história de Mato Grosso.

De acordo com as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o currículo de História deve fornecer os “estudos das questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e das heranças legadas por gerações” (1998, p. 60), de modo a compreender as relações humanas em seus variados contextos geográficos, temporais e culturais. A Proposta Curricular do Estado de Mato Grosso estabelece que o currículo de história

[...] precisa estar articulado ao Projeto Político Pedagógico de cada unidade, com vistas às mídias, às tecnologias de comunicação e informação, aos grupos sociais, ao local e ao regional, à diversidade, oportunizando a multiplicidade de abordagens (Mato Grosso, 2018, p. 248).

Nesse sentido, o ensino de História é pensado dentro da realidade e dos objetivos de cada instituição de ensino, alinhando-se às necessidades e aos contextos locais. Para tal, destaca-se a importância de incorporar as mídias tecnológicas, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico. O documento enfoca a

¹¹ A Rusga foi um movimento de revolta que aconteceu na cidade de Cuiabá/MT, em 1934, quando um grupo de líderes locais conduzidos por Pascoal Moreira Cabral proclamou a independência da província do governo imperial. Eles estabeleceram um governo provisório e buscaram mais autonomia e representatividade para Mato Grosso. No entanto, a revolta foi de curta duração. As forças imperiais reagiram rapidamente, enviando tropas para suprimir a revolta. Em 1835, a Rusga Mato-Grossense foi reprimida, e os líderes rebeldes foram capturados, julgados e punidos. Pascoal Moreira Cabral foi condenado à morte (SIQUEIRA, 2002).

relevância do local e do regional, assim como a valorização da diversidade, aspectos que se complementam, uma vez que o conhecimento da história da localidade contribui para uma melhor conexão mais profunda, construída a partir das experiências compartilhadas por indivíduos que vivem em uma mesma região. Com base no espaço de vivência, o jovem estudante é capaz de estabelecer relações espaciais e de importância como membro da sua comunidade e sujeito ativo do processo histórico. Sob essa perspectiva, a abordagem local engloba aspectos regionais, que:

[...] constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e saberes em dimensões inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou de abrangências espaciais mais amplas (Neves, 2002, p. 45).

Compreende-se, portanto, que, ao investigar comunidades conectadas geograficamente a um território específico, propõe-se compreender, de maneira mais minuciosa e complexa, suas relações históricas e sociais, algo que se mostra mais difícil de ser exercido em abordagens de maior amplitude. Sobre o ensino de história local e regional, o DRC-MT estabelece o seguinte:

Ensinar história local e regional permite ao aluno possibilidades de conhecer o seu entorno, pois trata das especificidades, consolidando sua referência de um mundo em constante movimento, indo do micro para o macro e também do macro para o micro, situando-o numa visão ampla, crítica e reflexiva que objetiva constituir uma identidade do local para o global (Mato Grosso, 2018, p. 251).

Nessa perspectiva de construção de uma identidade do local para o global, ao valorizar um aspecto regional como mecanismo de conexão entre aqueles que compartilham vivências em comum, resultado de uma unidade territorial, os estudantes adquirem um olhar mais detalhado para eventos e aspectos locais, ampliando essa compreensão para contextos mais abrangentes da história regional. Esse conhecimento é essencial, na medida em que promove um sentimento de identidade entre os membros de uma localidade, sendo a comunidade escolar um agente fundamental nesse processo. Assim, o conceito de pertencimento passa a ser compreendido desde a primeira infância, quando a criança adquire as primeiras referências que se iniciam em casa e se ampliam para a escola, o bairro, a cidade, o estado, a região, o país e, finalmente, o continente. Trata-se de um exemplo de como

a perspectiva micro/macro é trabalhada no currículo escolar. Essa compreensão se aprofunda ao longo de toda a vida escolar e, dentro do ensino de História, é considerado imprescindível para a compreensão de eventos e processos históricos.

O DRC-MT faz referência às abordagens macros e micros, o que permite estabelecer um diálogo com Revel (1998), que destaca a importância das mudanças que possibilitaram investigar a história a partir de uma nova escala de observação: a micro-história. Essa perspectiva conduz a um olhar que perpassa a macro-história tradicional, com foco nos personagens e nas práticas singulares.

A escala de observação, ou sua redução, transita de uma dimensão panorâmica para recortes menores, atentos às micro-realidades. Nesse sentido, a micro-história oferece um conjunto de variáveis mais complexas, promovendo um aprimoramento das análises e possibilitando um maior enriquecimento da história social.

Podemos compreender, a partir da perspectiva de Revel (1998), que nenhum viés analítico detém privilégio sobre o outro. No entanto, o autor ressalta que o ponto central da abordagem da micro-história “é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (Revel, 2010, p. 438). Assim, a escolha pela escala de observação da micro-história possibilita um olhar mais atento à realidade cotidiana, materializada, neste caso, no livro didático e nas narrativas que envolvem seu processo de construção. Portanto, uma abordagem sob a perspectiva da micro-história, deve estar alinhada às práticas e metodologias específicas que atendam plenamente aos objetivos da pesquisa.

A abordagem micro-histórica representa, de maneira mais coerente e elucidativa, o objetivo aqui tratado, na medida em que, ao optar por uma redução na variação da escala de observação que tem como foco a história local, possibilita-se ao estudante uma maior compreensão da sua própria identidade, bem como a oportunidade de entender a história a partir do cotidiano. Sob tal perspectiva, o DRC-MT menciona o seguinte:

[...] estudar o local e o regional passa a ser considerado fundamental na compreensão do processo histórico, pois possibilita ao estudante entender a história a partir do seu cotidiano, das suas relações sociais, dos seus hábitos, costumes e das memórias construídas culturalmente e na diversidade social e cultural presentes na sociedade (Mato Grosso, 2018, p. 247).

Essa abordagem se articula, então, com o que é proposto pelo DRC-MT no que se refere à História Local, uma vez que permite aos estudantes se conectarem mais facilmente ao passado, relacionando-o com o seu próprio cotidiano. A história torna-se mais tangível, ao invés de algo distante e desconectado da realidade. Como contribuição, considere-se a perspectiva de José D'Assunção Barros (2004), segundo a qual a História Local/Regional é uma abordagem ou modalidade de estudos de uma região específica. Destaca-se, a seguir, o conceito de História Regional apresentado pelo autor:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele se mostra interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar, em algum momento de sua pesquisa, a inserção do espaço regional em um universo maior [...] (Barros, 2004, p. 153).

Compreende-se, a partir do exposto pelo autor, que, ao utilizar a História Regional como abordagem, determina-se o espaço a ser estudado, o que não se restringe ao âmbito geográfico, podendo incluir recortes sociais, culturais ou, no caso desta pesquisa, um recorte sobre como os eventos e sujeitos históricos de Mato Grosso são apresentados no material didático estruturado. Isso possibilita, ainda, uma comparação com o que é proposto pelo currículo estadual (DRC-MT). Dessa forma, torna-se possível refletir sobre as políticas e práticas educacionais vigentes nas escolas da rede estadual de ensino, a partir de uma perspectiva micro-histórica.

A homologação do DRC-MT, em 2018, antecedeu a aquisição do material didático estruturado, cujo processo teve início em 2021, com a idealização e posterior implementação do Sistema Estruturado de Ensino pelo governo do Estado de Mato Grosso. Pode-se afirmar que esse Sistema marcou o início de uma nova era na política de ensino e aprendizagem no Estado. No entanto, o SEE está longe de alcançar consenso positivo entre os profissionais de educação, sendo alvo de críticas desde a sua concepção.

1.2 O Sistema Estruturado de Ensino

A notícia acerca de um material específico para os estudantes da rede estadual de ensino de Mato Grosso surgiu em meio ao cenário pandêmico de 2021, quando a SEDUC/MT realizou um convite para uma audiência pública no dia 29 de março de 2021, com o objetivo de apresentar documentos técnicos para licitação e contratação de empresas que, por meio do Contrato de Impacto Social – CIS forneceria o Sistema Estruturado de Ensino, além do material didático, denominado material estruturado, conforme descrito no edital de audiência pública nº 001/2021:

1.1 O objetivo da presente Audiência Pública é apresentar os documentos técnicos a serem licitados e posteriormente contratados pela Administração Pública, relativos a *Contratação de empresa especializada por meio de Contrato de Impacto Social – CIS para o fornecimento de Sistema Estruturado de Ensino, compreendendo materiais didáticos pedagógicos (impresso e digital), visando o aprimoramento do desempenho educacional dos estudantes da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso em diversas áreas do conhecimento, com serviços especializados de capacitação dos profissionais da educação (in loco/plataforma digital)*, bem como possibilitar aos interessados a prévia manifestação quanto às exigências para a pretendida contratação, seus objetivos e resultados, e ainda, permitir a participação do maior número possível de interessados, vislumbrados a publicidade e transparência dos atos públicos (Edital De Audiência Pública nº 001/2021, p. 01).

A SEDUC/MT define o Sistema Estruturado de Ensino/SEE como “uma estrutura educacional organizada, que integra cinco grandes áreas de atuação na educação básica da rede estadual de Mato Grosso, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes.”¹² O Sistema é composto pela plataforma digital Plurall, que inclui apostilas em formato digital, quiz de perguntas, banco de questões para professores, avaliações de aprendizagem para os estudantes e outros recursos didáticos e pedagógicos. O SEE também conta com outras plataformas destinadas à oferta de cursos de formação continuada para professores e assessoramento pedagógico.

A adesão ao novo material didático foi amplamente divulgada nos portais de notícias da SEDUC/MT, acompanhada pela justificativa de que auxiliaria os estudantes na recuperação da aprendizagem comprometida pelo ensino remoto, uma consequência da pandemia da Covid-19.

¹² Cartilha explicativa sobre o Sistema Estruturado de Ensino disponibilizado nas escolas: <https://drive.google.com/file/d/13DIO0th4IS0JssfL4pVMR2OETcUuaYJm/view> Acesso em 16 out. 2022.

Em uma audiência pública realizada pela SEDUC/MT, constatou-se que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), Valdeir Pereira, questionou o secretário executivo de educação, Alan Porto, sobre a obrigatoriedade do uso do material apostilado e se isso implicaria no fim do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nas escolas estaduais de Mato Grosso. O sindicalista expressou preocupação de que o sistema apostilado retiraria o protagonismo dos trabalhadores da educação, bem como enfraqueceria a política nacional do livro didático, considerada por ele como de extrema importância. Em resposta, o secretário afirmou: “[...] infelizmente apesar do PNLD ser uma iniciativa importante do Governo Federal ele não tem atendido nos últimos anos as necessidades de diversas redes de ensino, tanto estaduais quanto municipais.” (Ata de audiência pública nº 001, 2021). Valdeir Pereira destacou sua preocupação com os professores, que são parte fundamental no processo de ensino e aprendizagem, apontando que perderiam a autonomia na escolha de um dos seus principais instrumentos de trabalho.

Ao ser questionado por uma outra professora, o secretário de educação reforçou sua insatisfação com o PNLD, afirmando: “No caso do PNLD, infelizmente pelos níveis de educação do Brasil, ele tem se mostrado uma política que não resolve o problema. Em Mato Grosso então, pior ainda.” (Ata de audiência pública nº 001, 2021).

O Termo de Referência nº 001/2021 é um documento elaborado pela SEDUC-MT, sob orientação da Superintendência da Educação Básica, em março de 2021. Ele detalha os requisitos necessários para a contratação da empresa responsável pelo básico do Sistema Estruturado de Ensino. A seguir, destaca-se um trecho presente no item 9.4, intitulado “Justificativa Técnica/Pedagógica da Escolha da Contratação de um Sistema Estruturado de Ensino”:

Almeja-se que a adesão ao sistema estruturado de ensino, por meio de apostilas, viabilize que se cumpra o que preconiza o currículo nacional (BNCC) e o currículo estadual (DRC-MT), corroborando com os processos didáticos e pedagógicos realizados pelos professores da rede estadual de ensino. [...] Estar em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que diz respeito ao desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas para os estudantes durante o ensino fundamental (anos iniciais e finais), garantindo a progressão das aprendizagens ao longo da educação básica. Estar articulado como o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT), no que diz respeito ao desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas para os estudantes do ensino fundamental (anos iniciais e finais) e do ensino médio, considerando as habilidades específicas que contextualizam o Estado de

Mato Grosso; Contribuir com indicações interventivas aos professores, possibilitando ações autônomas diante dos contextos regionais e das realidades diversas nas quais estão presentes os estudantes e professores (Termo De Referência Nº 001/2021, p. 7-8).

O Documento enfatiza que, para o processo de adesão, a empresa contratada deve garantir que o SEE esteja alinhado à BNCC e ao DRC-MT. O objetivo é que, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, os estudantes adquiram autonomia em relação ao contexto regional no qual estão inseridos.

A empresa escolhida para firmar o contrato com a SEDUC-MT foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Conforme descrito no documento, estar em conformidade com o DRC-MT era um requisito essencial para a elaboração do material impresso. Esse compromisso também foi destacado em uma matéria publicada no site da SEDUC-MT em dezembro de 2021, referente ao acordo firmado entre o Governo do Estado e a FGV. Abaixo, segue um trecho da matéria:

Mato Grosso é o primeiro estado a assinar o Contrato de Impacto Social (CIS), que implica em cumprimento de metas de melhoria de nível de aprendizagem dos alunos para o recebimento do valor contratado. O conteúdo programático será regionalizado, seguindo os padrões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC-MT). Os programas contemplam as mais diversas áreas do conhecimento e deverão estar organizados de acordo com as necessidades de cada ano, considerando a progressão da aprendizagem.¹³

Um dos pontos cruciais que envolvem todo o processo de produção e distribuição do material estruturado foi a promessa de preencher uma lacuna comum nos livros didáticos fornecidos por meio do PNLD, que seria: abordar com mais ênfase a História de Mato Grosso, estando em consonância com o currículo estadual (DRC-MT). Afinal, possibilitar ao aluno um material regionalizado foi um dos propósitos referenciados pela SEDUC/MT para justificar tamanha mudança após décadas de adesão ao livro didático do governo federal.

Em 2021, foi entregue aos estudantes uma primeira versão de materiais didáticos apostilados, desenvolvida em parceria com a editora Set Brasil. Entretanto, o produto foi alvo de críticas¹⁴ por parte de alguns professores da rede estadual de

¹³ Matéria completa disponível em:

<<http://www3.seduc.mt.gov.br/-/18572483-governo-do-estado-e-fgv-assinamcontrato-de-sistema-estruturado-para-reforçar-qualidade-do-ensino-em-727-escolas>> Acesso em 06 out. 2022.

¹⁴ Polêmicas envolvendo o material apostilado da Set Brasil foram instauradas à medida que agentes educacionais em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT) acusava o Governo do Estado de Mato Grosso de distribuir um material copiado de um livro didático da editora Moderna, no qual já é ofertado pelo PNLD. Ao justificar a necessidade do

ensino. No ano seguinte, em 2022, uma nova versão, produzida pela FGV, foi distribuída às escolas da rede estadual. O próximo capítulo é dedicado a conhecer melhor este tão emblemático material.

material, o secretário de educação Alan Porto declarou as razões pelas quais somente o livro do PNLD não atenderia as necessidades dos estudantes: “O material é sim composto pela Base Nacional Comum Curricular e nem poderia ser diferente. Muitas acusações foram feitas que a Seduc estava entregando o mesmo material elaborado pelo Ministério da Educação. Mas nunca fizeram questão de falar que os estudantes da rede pública de ensino não podem levar o livro PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) para casa. Os livros não são deles e precisam atender 3 anos consecutivos. O que o governo de Mato Grosso possibilitou e vai continuar possibilitando é o material em mãos para os estudantes”. Para verificar a matéria completa, consultar: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/17603779-material-didatico-formacoes-e-avaliacoes-sao-para-recuperar-aprendizagem-dos-estudantes>. Acesso em 13 fev. 2023.

2. O MATERIAL DIDÁTICO ESTRUTURADO DE MATO GROSSO

O material didático estruturado abrange as etapas do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica, bem como as modalidades e especificidades que incluem a Educação do Campo, Quilombola, Indígena, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. A etapa correspondente aos anos finais do ensino fundamental é composta por quatro livros por série anual, sendo um correspondente a cada bimestre no ano letivo. Esses livros contemplam os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Artes, Ciências, Geografia e História. Os materiais são entregues aos estudantes no início de cada bimestre. Além da versão impressa, há também a versão digital disponível na plataforma Plurall. A seguir, apresentamos as capas dos materiais que serão analisados nesta dissertação.

Figura 1 – Imagens das capas dos materiais estruturados de 2023. Fundamental 2, anos finais.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall.

Na capa dos livros, consta a etapa, ano escolar, o componente curricular, uma ilustração que difere conforme a série e o número do caderno. A parte inferior apresenta as logomarcas da SEDUC/MT, do Governo do Estado de Mato Grosso, da FGV e do Sistema Maxi de Ensino, sendo este último o responsável pela criação do material. Há também um QR Code direcionando para a plataforma Plurall.

Na contracapa, encontra-se a descrição do hino de Mato Grosso. As primeiras páginas são destinadas à ficha técnica e ao sumário. Em seguida, o manual do professor apresenta a “parte geral” e a “parte específica”. A primeira parte inicia-se com um texto de apresentação do material, descrito a seguir:

“Caro professor,
A Coleção do Ensino Fundamental Anos Finais do Sistema Maxi de Ensino foi objeto de um amplo movimento de reformulação e de aprimoramento, com o intuito de atender às exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de fortalecer a sua proposta pedagógica, centrada na Pedagogia Afetiva. Com base nessas premissas, os cadernos dos componentes curriculares da Coleção Didática contemplam as unidades temáticas e o conjunto de objetos de conhecimentos como meios para o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme indicado pela BNCC, assim como dão ênfase aos valores da Pedagogia Afetiva relacionados a autonomia, responsabilidade, criatividade, empatia, cooperação, solidariedade e comunicação. Os conteúdos de aprendizagem são organizados por meio de uma estrutura metodológica caracterizada pela objetividade e pela fácil aplicabilidade, conforme detalhamento: teoria; sistematização; síntese. Para auxiliá-lo no uso desta coleção, preparamos cuidadosamente este manual e, por meio de uma linguagem clara e objetiva, elucidamos a nossa proposta pedagógica contemplando os pilares da Pedagogia Afetiva, os fundamentos da BNCC e a estrutura desta obra, bem como oferecemos orientações e sugerimos caminhos para o planejamento e execução das aulas. Desejamos a você um excelente trabalho! Equipe Maxi” 15.

A mesma apresentação se repete nas coleções dos demais anos letivos. O texto menciona que o material foi reformulado para atender os critérios da BNCC, incluindo unidades temáticas, objetos de conhecimento, competências e habilidades. Contudo, não há referências à DRC-MT.

Em seguida, o material apresenta a proposta pedagógica, fundamentada nos pilares da Pedagogia afetiva, que inclui: pedagogia, afetividade, valores e princípios, aliados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais.¹⁶ O tópico seguinte é destinado à BNCC, com definições, objetivos e competências. A parte geral se encerra

¹⁵ Apresentação do Material Didático Estruturado presente na parte geral do manual do professor, ensino fundamental, anos finais.

¹⁶ Competências e habilidades socioemocionais são um conjunto de objetivos e estratégias que, no contexto escolar, estão abordadas nas diretrizes da BNCC e envolvem o processo de compreensão, gestão e expressão das emoções, dentre outros aspectos.

com o tópico “Conheça o Material”, que apresenta os elementos que compõem os capítulos.

A parte específica é introduzida com o tema “BNCC e a História”, contextualizando o processo de construção que percorreu as três versões do documento. Novamente, o material foca exclusivamente na BNCC, sem mencionar ou contextualizar o DRM-MT. Em seguida, são oferecidas orientações e sugestões de aulas para os professores, organizadas com base nas unidades temáticas contidas em cada capítulo. Nos subitens a seguir, são explorados os conteúdos e habilidades do material. Para isso, as coleções foram divididas por ano escolar, abordando as especificidades de cada uma.

2.1 Adentrando as coleções: 6º ano

Figura 2 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 6º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall.

A arte presente nas capas dos materiais foi elaborada pelos próprios estudantes da rede estadual de ensino, por meio do concurso artístico “Você na Capa”, promovido pela SEDUC/MT. Na versão do manual do professor, as capas aparecem em formato translúcido. Os dados técnicos da coleção de História destinados ao 6º ano datam de 2021, e a autoria é atribuída a Cirilo S. Lemos¹⁷.

A valorização da cultura e do patrimônio local constitui um aspecto fundamental no processo de construção da identidade de um indivíduo, refletindo-se na maneira

¹⁷ “Cirilo Lemos formou-se em História e atuou na rede pública e privada de ensino por mais de uma década. Hoje trabalha com redação e edição de materiais didáticos em São Paulo.” Disponível em: <<https://cirilolemos.com/autor>> Acesso em 15 dez. 2023.

como cada pessoa vê o seu entorno. No estado de Mato Grosso, as produções artísticas dos jovens talentos evidenciam uma forte conexão com a terra e a natureza.

A capa intitulada “Mato Grosso: meu orgulho”, criada por Emanuely Santos Claudino, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Emanuel Pinheiro, em Rondonópolis/MT, pode ser interpretada como uma manifestação de amor pelo estado de Mato Grosso. Utilizando aquarela, lápis de cor e pincel, a estudante retratou a rica fauna do estado. Sua criação artística celebra as diversas espécies que habitam a região.

Na capa 2, Roberta Gabrieli da Silva Nepomuceno, também estudante do 6º ano, expressa o amor pela sua terra através de sua obra "Orgulho Mato-Grossense." Para realizá-la, utilizou papel sulfite como suporte, com orientação da professora Irene Aparecida Corrêa da Silva, da Escola Estadual Madre Cristina, em Mirassol D'Oeste.

Figura 3 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 6º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall.

A capa 3, intitulada "Meu Estado, Meu Orgulho!", foi desenvolvida por Mirela Rezende de Oliveira, estudante do 6º ano. Ela utilizou lápis de cor, lápis de escrever e papel sulfite para expressar seu orgulho por Mato Grosso. Sob a orientação da professora Eva Aparecida Dos Santos Ribeiro, da Escola Estadual Profª. Maria de Fátima Gimenez Lopes, em Sinop/MT, Mirela explorou elementos que caracterizam o estado e refletiu sobre o que o torna especial, declarando: "Tão belo e próspero. Por isso, eu tenho tanto orgulho de ser mato-grossense."

Maria Eduarda Mendes dos Santos, também aluna do 6º ano, criou a capa 4, intitulada "Minha Terra, Minha Vida", sob a orientação da professora Katia Maria de

Amorim, da Escola Estadual Profª Ana Maria do Couto, em Cuiabá/MT. Utilizando papel A4 e lápis de cor, a estudante retratou animais, rios, a viola de cocho e o mapa de Mato Grosso. Sua obra retrata a diversidade do estado, destacando elementos naturais e culturais que compõem a identidade mato-grossense.

Essas capas, elaboradas por talentosas estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental em Mato Grosso, evidenciam manifestações de amor e orgulho por essa terra. Cada uma captura a essência do estado de maneira singular e pessoal. Elas podem ser consideradas um tributo à riqueza natural, cultural e histórica de Mato Grosso, representando a profunda conexão que essas jovens têm com sua terra natal.

Como o objetivo geral desta dissertação é analisar de que forma as orientações curriculares referentes ao ensino de História Local, apresentadas no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT), estão articuladas ao material didático estruturado do ensino fundamental, foram elaboradas tabelas para cada objeto de análise.

A tabela 1 apresenta, de forma sistemática, as unidades temáticas, habilidades e objetos de conhecimento descritos no DRC-MT. Essa organização permite verificar como as habilidades estão conectadas aos objetos de conhecimento.

Tabela 1 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT: 6º ano

Unidades Temáticas	Habilidades DRC-MT	Objetos de Conhecimento
História: tempo, espaço e formas de registros	Não constam habilidades	<p>A periodização do processo histórico do Estado de Mato Grosso.</p> <p>Diversidade de povos e culturas que contribuíram para a formação do Estado de Mato Grosso.</p> <p>Indígenas que compõem o Estado de Mato Grosso.</p>

A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades	(EF06HI09.1MT) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, relacionando elementos das diversas culturas que influenciaram a formação populacional e cultural mato-grossense	Registros e fontes regionais como instrumentos no processo de formação da cultura material e imaterial mato-grossense. Espaços territoriais e aportes culturais, científicos, sociais e econômicos das diferentes culturas indígenas que compõe o Estado de Mato Grosso. Influências de diferentes povos: indígenas, europeus, africanos, asiáticos, entre outros, na formação da população mato-grossense.
Trabalho e formas de organização social e cultural	Não constam habilidades	Trabalho escravo e livre ao longo da História de Mato Grosso. O protagonismo feminino na sociedade mato-grossense.

Fonte: Tabela elaborada pela autora

As unidades temáticas correspondem às mesmas presentes na BNCC, com exceção de uma específica para a História Local no 9º ano, descrita como “Mato Grosso no século XIX”. Para o 6º ano, o documento apresenta oito objetos de conhecimento relacionados a Mato Grosso e apenas uma habilidade mencionada na segunda unidade temática.

A tabela a seguir tem como objetivo facilitar a compreensão das habilidades e dos objetos de conhecimento divididos nos quatro cadernos que compõem a apostila utilizada pelos alunos ao longo do ano letivo. Considerando que o material didático estruturado propõe oferecer um conteúdo regionalizado fundamentado no DRC-MT, a análise investiga como as habilidades e os objetos de conhecimento específicos de Mato Grosso são apresentados e distribuídos ao longo do material.

Tabela 2 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado: 6º ano

Habilidades do DRC-MT	Objetos de Conhecimento
Não constam habilidades no caderno 1	<p>CADERNO 1</p> <p>Unidade 1: A história e o tempo</p> <p>Unidade 2: Registros da História: as origens do ser humano</p> <p>Unidade 3: Os primeiros habitantes do Brasil</p> <p>Unidade 4: Mitos e saberes indígenas e africanos no Brasil</p>
(EF06HI09.1MT) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, relacionando elementos das diversas culturas que influenciaram a formação populacional e cultural mato-grossense.	<p>CADERNO 2</p> <p>Unidade 1: As primeiras civilizações: a Mesopotâmia e o Egito</p> <p>Unidade 2: Civilizações do mar Mediterrâneo: hebreus, fenícios e persas</p> <p>Unidade 3: Povos pré-colombianos</p> <p>Unidade 4: Grécia antiga</p>
(EF06HI09.1MT) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, relacionando elementos das diversas culturas que influenciaram a formação populacional e cultural mato-grossense.	<p>CADERNO 3</p> <p>Unidade 1: Grécia clássica e helenística</p> <p>Unidade 2: Roma antiga</p> <p>Unidade 3: Império Romano</p> <p>Unidade 4: Os primeiros séculos da Idade Média</p>
(EF06HI09.1MT) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, relacionando elementos das diversas culturas que influenciaram a formação populacional e cultural mato-grossense.	<p>CADERNO 4</p> <p>Unidade 1: Oriente medieval: o Império Bizantino e a expansão islâmica</p> <p>Unidade 2: O feudalismo</p> <p>Unidade 3: Religião e cultura na Idade Média</p>

Fonte: Tabela elaborada pela autora

O material é composto por 15 capítulos ou unidades. A habilidade EF06HI09.1MT, conforme descrito no DRC-MT, é mencionada nos três últimos cadernos. Quanto aos objetos de conhecimento específicos do DRC-MT, eles são apresentados no manual do professor como observações destinadas ao docente ao

longo dos capítulos, sem ocupar espaço no corpo do texto. Dessa forma, o acesso a essas informações também é restrito aos alunos. A figura 3, apresentada a seguir, busca elucidar esse aspecto.

Figura 4 - Material didático estruturado, 6º ano

Juntando e organizando os anos

É bem provável que você já tenha visto muitas vezes os séculos grafados na forma de algarismos romanos. Esse modo de escrita é consagrado pela tradição. Apesar de não haver regras que imponham o uso desses algarismos, trata-se de uma convenção utilizada em boa parte dos textos históricos. O século em que vivemos, por exemplo, é o século 21. Em algarismos romanos, escreve-se XXI.

Como já vimos, os séculos correspondem a um período de cem anos. Assim, o século I teve início no ano 1 e terminou no ano 100; o século II começou no ano 101 e acabou no ano 200; o século XXI começou em 2001 e acabará em 2100, e assim por diante. Então, como saber a que século pertence determinado ano? A que séculos pertencem os anos de 1789 ou 1500, por exemplo?

Há duas regras simples para se descobrir isso.

- Se o ano terminar em 00, basta “cortá-los”. O algarismo restante corresponderá ao século. Exemplo:

Ano 1500

Elimine os dois zeros à direita: 1500

15

Professor, destaque para os alunos que a periodização da História é uma ferramenta para facilitar o estudo. No caso da história do estado de Mato Grosso, por exemplo, a referência temporal adotada pode ser a história do Brasil. Desse modo, a história do estado poderia ser dividida em Pré-História, Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano. Se considerar pertinente, faça uma linha do tempo na lousa indicando a duração desses períodos. Explique aos alunos que eles estudarão os principais eventos de cada período ao longo dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Fonte: LEMOS, Cirilo S. MAXI: 6º ano: ensino fundamental, anos finais: caderno 1: História: manual do professor, 2021, p. 07.

A imagem está presente no primeiro capítulo “A História e o Tempo”. O ícone rosa que precede o texto sinaliza que será feita uma observação relacionada ao estado de Mato Grosso. Esse ícone aparece ao longo do material na seção de observações e atividades. Transcrevemos da imagem o seguinte texto:

Professor, destaque para os alunos que a periodização da História é uma ferramenta para facilitar o estudo. No caso da história do estado de Mato Grosso, por exemplo, a referência temporal adotada pode ser a história do Brasil. Desse modo, a história do estado poderia ser dividida em Pré-História, Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano. Se considerar pertinente, faça uma linha do tempo na lousa indicando a duração desses períodos. Explique aos alunos que eles estudarão os principais eventos de cada período ao longo dos Anos Finais do Ensino Fundamental. (Lemos, 2021, p. 07)

O texto propõe que o professor explique a periodização da história do estado de Mato Grosso, fazendo referência ao primeiro objeto de conhecimento do DRC-MT. A primeira parte, destinada às atividades do capítulo 1, aborda o estado em duas questões: a questão número 5 solicita que os alunos pesquisem elementos da cultura imaterial do estado de Mato Grosso que possam ser utilizados como fontes de estudo para os historiadores e, em seguida, elaborem uma lista dessas fontes. Como resposta, o material sugere elementos como o modo de fazer a viola de cocho, o ritual

Yaokwa do Povo Enawenê Nawê (etnia indígena que reside no território mato-grossense), as bonecas karajá e a capoeira, todos reconhecidos como patrimônios imateriais tombados. O material também direciona os alunos a uma matéria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁸ que ensina a confeccionar a viola de cocho, um instrumento musical tradicional da região pantaneira, promovendo a aproximação dos estudantes com elementos culturais regionais.

A questão número 9 propõe que o estudante imagine ser historiador e precise criar uma periodização para a história de Mato Grosso. Em seguida, questiona quais seriam esses períodos. De acordo com o material, a resposta correta seria: Período Pré-Histórico (povoamento da região até 1525); Período Colonial (1525-1822); Período Imperial (1822-1889), Período Republicano (1889 até os dias atuais). (2021, p. 10) Compreender a periodização em nível regional é essencial estabelecer conexões com a história nacional e mundial.

A segunda lista de atividades do mesmo capítulo dispõe de duas questões voltadas à História Local. A questão número 8 solicita que o estudante crie uma linha do tempo com elementos da história do município e elabore um resumo que aborde sua trajetória histórica, desde a fundação até os dias atuais, destacando os principais fatos que contribuem para evidenciar sua relevância histórica. Por sua vez, a questão número 12 sugere que o estudante se coloque no papel de um historiador que irá escrever a história do estado onde reside. Ele deverá citar exemplos de fontes visuais ou iconográficas, materiais escritas e orais. Em ambas as questões, compreender a diversidade e a função das fontes históricas é essencial para o bom desenvolvimento das atividades. (2021, p. 11)

A unidade propõe uma abordagem que integra conhecimentos históricos com elementos da cultura imaterial de Mato Grosso, como a viola de cocho, o ritual Yaokwa, as bonecas Karajá e a capoeira. Essa proposta enriquece a compreensão histórica dos alunos ao conectar eventos históricos com manifestações culturais locais. A iniciativa de apresentar a periodização específica para a história de Mato Grosso é fundamental para contextualizar os eventos regionais no panorama nacional e global. Organizada dessa forma, a unidade auxilia os alunos a entender

¹⁸ Matéria disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/mato-grosso/patrimonio-imaterial>> Acesso em 09 out. 2023.

a continuidade e as mudanças na história local ao longo do tempo. Embora proponha a criação de uma periodização e o uso de diferentes fontes históricas, seria importante incluir orientações mais detalhadas sobre como os alunos podem interpretar e analisar essas fontes, fortalecendo suas habilidades de pesquisa histórica. A atividade que prevê o uso de diversas fontes históricas (visuais, materiais, escritas e orais) é essencial para desenvolver competências imprescindíveis à compreensão do conhecimento histórico.

A Unidade 2, intitulada “Registros da História: as origens do ser humano”, orienta o professor a destacar aos estudantes que, por se tratar de um período extenso, é impossível conhecer em detalhes todos os povos, grupos e etnias que habitaram o território brasileiro. Também enfatiza que, no estado de Mato Grosso, a existência de centenas de sítios arqueológicos e a descoberta de artefatos, fósseis e pinturas rupestres indicam que a região foi habitada por diversos povos antes da chegada dos europeus. Esses povos desenvolveram tradições, costumes, hábitos e técnicas diferenciadas para garantir a sobrevivência, apresentando modos de vida nômade, semi-nômade e sedentário. (2021, p. 18)

Na sessão de atividades, os alunos deverão pesquisar um mito de criação de um dos povos indígenas que habitam o estado de Mato Grosso. O livro apresenta como exemplo o mito de criação do povo Terena (2021, p. 28). Os mitos de criação indígenas são parte fundamental da identidade cultural desses povos. Promover o conhecimento dessas culturas abre portas para um diálogo intercultural, é um meio de combate a estereótipos e preconceitos, além de promover a consciência sobre a rica diversidade cultural do país. Uma proposta relevante seria abordar o mito de criação dos povos indígenas que residem no município ou em seus arredores, considerando que grande parte da população não branca desconhece a história e a vivência desses grupos, mesmo quando habita regiões próximas.

Ainda sobre a temática da origem do ser humano, na unidade 3, denominada “Os Primeiros Habitantes do Brasil”, recomenda-se que o professor destaque a importância dos principais sítios arqueológicos do estado de Mato Grosso para a compreensão da ocupação humana no território atual brasileiro. De acordo com os dados apontados no material, o estado de Mato Grosso possui mais de 800 sítios arqueológicos cadastrados, contendo fósseis, artefatos e pinturas rupestres. Como exemplo, pode ser mencionado o sítio arqueológico Santa Elina, localizado na Serra das Araras, no município de Jangada. Esse sítio possui registros da ocupação

humana datados de 25 mil anos, sendo considerado o segundo mais antigo do Brasil (2021, p. 33). Além de ossos humanos, também foram encontrados nesse local ossos de uma preguiça gigante.

Outro exemplo relevante é a caverna Kamukuaká, situada no município de Paratinga, tombada pelo IPHAN como um sítio arqueológico vivo. Os descendentes indígenas Waurás consideram a caverna sagrada e utilizam as pinturas rupestres em seus rituais, como no início do Kuarup (o material, entretanto, não detalha como esse ritual é realizado). Além disso, há cavernas, abrigos e rochas com pinturas rupestres localizadas nas proximidades da cidade de Barra do Garças. No município de Cáceres, encontram-se os sítios arqueológicos Carne Seca e Bairro Cavahada, que abrigam urnas funerárias e vestígios de uma etnia indígena extinta, os Xarayés. Também merece destaque o sítio arqueológico Pedra Preta, situado no município de Paranaíta, onde há rochas com petróglifos — desenhos geométricos, figuras humanas ou animais de grandes dimensões gravadas nas pedras (2021, p. 36).

O livro também apresenta links¹⁹ de matérias e artigos científicos sobre sítios arqueológicos, o uso da cerâmica e a vivência dos povos indígenas nesse período histórico. O texto oferece uma visão abrangente e informativa sobre a riqueza arqueológica de Mato Grosso, mas poderia se beneficiar de uma exploração mais profunda de alguns aspectos culturais e rituais mencionados, de modo a possibilitar uma compreensão mais completa das sociedades antigas e contemporâneas envolvidas. Esses levantamentos são relevantes para que os estudantes conheçam a riqueza do patrimônio histórico material e imaterial do lugar onde vivem.

¹⁹ Pesquisadores descobrem 6 sítios arqueológicos em território indígena em MT. G1, 05 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/pesquisadores-descobrem-6-sitios-arqueologicos-em-territorio-indigena-de-mt.ghtml>> Acesso em: 10 out. 2023.

SÍTIO arqueológico é identificado no vale do Rio Guaporá, estado do Mato Grosso. Espaço arqueologia, s/d. Disponível em: <<https://www.espacoarqueologia.com.br/sitio-arqueologico-e-identificado-no-vale-do-rio-guapore-estado-do-mato-grosso/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

Para destacar as principais características dos povos pré-históricos que habitaram o estado do Mato Grosso e a relação desses povos com as etnias indígenas atuais consulte o artigo de Eduardo Bespalez, Arqueologia e história indígena no Pantanal, publicado na Revista Estudos Avançados, de 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/SHFwCKJyJHTxkXRfNR6ssyN/?lang=pt>>. Acesso em: 10 out 2023.

PEIXOTO, José Luis S.; BEZERRA, Maria Angélica de O. Os povos ceramistas que ocuparam a planície aluvial antes da conquista europeia, Pantanal, IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá, 2004. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.icmbio.gov.br/esectaiama/images/stories/Os_povos_ceramistas_que_ocuparam_a_plan%C3%ADcie_aluvial_antes_da_conquista_europ%C3%A9ia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023. ARINI, Juliana. Escavações em obras de novas

A unidade 4, intitulada “Mitos e Saberes – Indígenas e Africanos no Brasil”, apresenta uma tabela e um gráfico com dados demográficos da população indígena no Brasil. Em relação aos povos indígenas de Mato Grosso, o material indica ao professor o site²⁰ “Povos Indígenas no Brasil”, para que apresente aos alunos as principais etnias, destacando suas características e contribuições (2021, p. 50).

No que diz respeito à população afro-brasileira, o texto solicita que o docente enfatize aos alunos que a escravização dos povos africanos em Mato Grosso se intensificou a partir do século XVIII, em função da atividade mineradora. Em 1720, Cuiabá tornou-se o maior núcleo populacional do Brasil, atraindo pessoas de diversas partes da colônia e da metrópole. A principal mão de obra empregada nas minas era formada por pessoas escravizadas de origem africana²¹ (2021, p. 52). Para abordar a resistência negra, o material inclui dois links de vídeos²². O primeiro trata dos quilombos formados em Mato Grosso, e o segundo apresenta uma figura histórica importante na luta e resistência negra no estado, Tereza de Benguela.²³

Nas atividades são apresentadas duas questões. A primeira solicita que os alunos pesquisem informações sobre uma etnia indígena do estado de Mato Grosso, destacando aspectos como o tamanho da população, a localização, as tradições e as contribuições para a cultura local. A segunda propõe que sejam coletadas informações sobre a comunidade quilombola Mata Cavalo, também localizada no estado de Mato Grosso. Posteriormente, os alunos deverão compartilhar as descobertas com os colegas (2021, p. 59)

²⁰ Matéria disponível em:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_no_Mato_Grosso> Acesso em: 10 out. 2023

²¹ Sugestão de leitura do material: Carmargo, Isabel Camilo de. Considerações historiográficas sobre a escravidão na província de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). XXVII Simpósio Nacional de História. Sem link de acesso. Natal, 2013.

²² Quilombos em Mato Grosso (disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=xX0JgOqMXdc>>. Acesso em: 10 out. 2023) e Tereza de Benguela, uma rainha negra no Mato Grosso (disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=Ne00NJ_fdog>. Acesso em: 10 out. 2023>).

²³ “Rainha Tereza, como ficou conhecida em seu tempo, viveu na década de XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso. Ela liderou o Quilombo de Quariterê após a morte de seu companheiro, José Piolho, morto por soldados. Segundo documentos da época, o lugar abrigava mais de 100 pessoas, com aproximadamente 79 negros e 30 índios. O quilombo resistiu da década de 1730 ao final do século. Tereza foi morta após ser capturada por soldados em 1770 – alguns dizem que a causa foi suicídio; outros, execução ou doença.” Matéria disponível em: < https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/?gclid=Cj0KCQjw7JOpBhCfARIsAL3bobcYS_ZJUaLNIhMherGshzLGCNE7qeWul6MGV001PREy2_PlyYfh4pP0aAkCOEALw_wcB> Acesso em: 10 out. 2023

A unidade aborda tanto aspectos relacionados aos povos indígenas quanto aos afro-brasileiros, proporcionando uma visão ampla da diversidade étnica e cultural do estado. A menção a Tereza de Benguela e aos quilombos em Mato Grosso destaca personalidades e movimentos significativos na resistência negra. As questões propostas incentivam os alunos a realizarem pesquisas independentes sobre etnias indígenas e comunidades quilombolas específicas, reforçando seu protagonismo no processo de aprendizagem ativa. Quanto à escravidão indígena e africana, embora sejam sugeridos artigos para aprofundamento, o material poderia incluir informações mais previstas sobre as condições atuais das comunidades indígenas e quilombolas mencionadas, abordando os desafios enfrentados e algumas iniciativas de preservação cultural.

Esses quatro capítulos/unidades apresentados encerram o caderno 1, referente ao primeiro bimestre. O material contém dois objetos de conhecimento associados à unidade temática “História: tempo, espaço e formas de registros” do DRC-MT. O primeiro objeto trata da periodização do processo histórico do estado de Mato Grosso, enquanto o segundo aborda a diversidade de povos e culturas que contribuíram para a formação do estado.

O caderno 2 contém quatro unidades: “As primeiras civilizações: a Mesopotâmia e o Egito”; “Civilizações do mar Mediterrâneo: hebreus, fenícios e persas”; “Povos pré-colombianos” e “Grécia antiga”.

A unidade 1, intitulada “As primeiras civilizações: a Mesopotâmia e o Egito” apresenta a periodização histórica e sugere relacioná-la com a periodização de Mato Grosso, conforme o destaque rosa na imagem a seguir.

Figura 5 - Material didático estruturado, 6º ano

Professor, é possível construir uma linha do tempo com a periodização da história do estado de Mato Grosso. Seguem alguns marcos que podem ser utilizados:

Período Pré-colonial: primeiros povos que habitaram a região até o século XV

1525: espanhóis e portugueses começam a explorar a região a partir da navegação nos rios Paraná e Paraguai

Século XVIII: expedições bandeirantes exploram a região e localizam minérios, gerando grande onda de imigração e migração

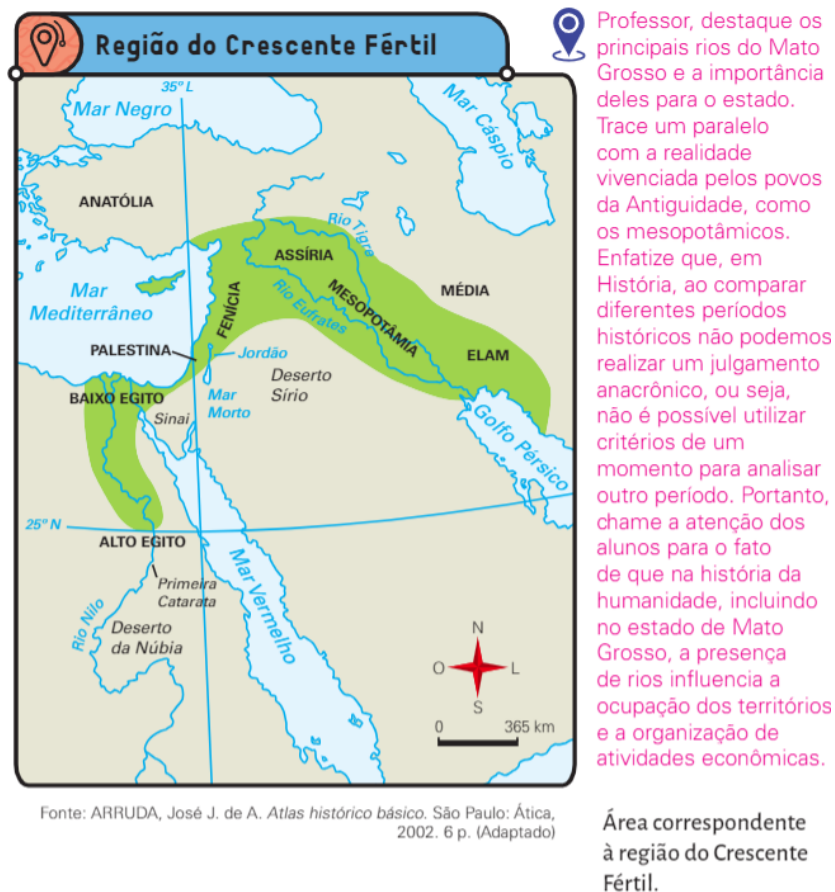


Fonte: LEMOS, Cirilo S. MAXI: 6º ano: ensino fundamental, anos finais: caderno 2: História: manual do professor, 2021, p. 02.

A proposta de trabalhar a periodização de Mato Grosso está incluída como um dos objetos de conhecimento presentes no DRC-MT. Geralmente, no 6º ano, aborda-se a periodização tradicional da História. Nesse contexto, é essencial que o professor incorpore mais elementos para auxiliar o estudante na compreensão das divisões temporais sob a perspectiva histórica. Essa abordagem pode se tornar benéfica ao apresentar, primeiramente, uma periodização da História do Brasil e, posteriormente, da História do Estado de Mato Grosso, seguindo uma lógica que transita de uma compreensão macro para uma micro.

Ainda dentro da temática da Mesopotâmia, ao explorar a importância dos rios para a vida na antiguidade, apresenta-se o mapa da região do Crescente Fértil. Sugere-se, então, que se construa um paralelo com a hidrografia de Mato Grosso, destacando a importância dos rios para a ocupação territorial e a organização econômica em diferentes contextos históricos. Contudo, o material não inclui exemplos concretos ou apresenta mais detalhes sobre o tema.

Figura 6 - Material didático estruturado, 6º ano



Fonte: LEMOS, Cirilo S. MAXI: 6º ano: ensino fundamental, anos finais: caderno 2: História: manual do professor, 2021, p. 03.

Ao mencionar os diferentes povos da Antiguidade que ocuparam a região do Crescente Fértil, o material sugere que o professor destaque a importância de diferentes grupos que contribuíram para a formação da população mato-grossense, como os povos indígenas, espanhóis, portugueses, africanos, asiáticos e migrantes. (2021, p. 7) Embora as sugestões sejam pertinentes, a unidade já contempla uma quantidade excessiva de povos e características para um único capítulo. São apontados os Sumérios, Acádios, Amoritas, Assírios, Caldeus, Egípcios, além do paralelo com os povos que ocuparam o estado de Mato Grosso ao longo de sua história. Isso representa um desafio para o professor, que precisa administrar tanto conteúdo nas duas horas aulas semanais destinadas à disciplina de História no ensino fundamental II. A situação torna-se ainda mais complexa diante da nova política adotada pela SEDUC/MT em 2024, que instruiu a redução das aulas, anteriormente de 55 minutos, para 50 e, em alguns casos, 45 minutos.

A unidade 2, denominada “Civilizações do mar Mediterrâneo: hebreus, fenícios e persas”, sugere que, ao abordar a história do povo Hebreu, o professor mencione

aos estudantes a influência da cultura judaica em Mato Grosso²⁴ (2021, p. 21). Na unidade 3, “Povos pré-colombianos”, são mencionados alguns povos indígenas habitantes do território mato-grossense que podem ser mencionados em paralelo ao estudo dos Incas, como os Enawene-nawe, pertencentes à família linguística Aruak. (2021, p. 45) Além disso, há referência ao Parque Nacional do Xingu, localizado na região nordeste de Mato Grosso, o qual, segundo o material, concentra várias etnias indígenas descendentes dos povos Astecas. (2021, p. 43) No entanto, o material não apresenta fontes que comprovem essa informação.

O caderno 2 é concluído com a unidade “Grécia Antiga”. Nesta, sugere-se realizar uma comparação entre a educação e a democracia ateniense e a educação e o exercício democrático em Mato Grosso. Propõe-se que o professor, junto com os alunos, elabore uma lista de semelhanças e diferenças. (2021, p. 55) A proposta de comparar a educação e o exercício democrático entre a Grécia Antiga e o estado de Mato Grosso é pertinente, pois estabelece conexões entre contextos históricos distintos.

A estrutura do caderno 3 também apresenta quatro unidades: “Grécia clássica e helenística”, “Roma antiga”, “Império Romano” e “Os primeiros séculos da Idade Média”. No primeiro capítulo, ao abordar a mitologia grega, busca-se uma conexão de abordagem com a mitologia indígena (2021, p. 06). No link²⁵ disponibilizado no material, são apresentados mitos referentes aos povos Irantxe, Myky e Enawenê-Nawê, de Mato Grosso. Na seção de atividades, há apenas uma questão sobre o objetivo dos Jogos Olímpicos modernos e dos Jogos Mundiais dos povos indígenas. (2021, p. 14) A tentativa de conectar a mitologia grega com a mitologia indígena de Mato Grosso pode ser vista como uma estratégia para contextualizar os conteúdos estudados à realidade local dos alunos. Essa abordagem pode tornar o aprendizado mais significativo ao demonstrar como mitos e narrativas míticas são universais e presentes em diferentes culturas. A inclusão de atividades relacionadas aos Jogos Olímpicos modernos e aos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas fomenta reflexões sobre a importância do esporte e da cultura na sociedade.

²⁴ O material deixa como sugestão um link que pode ser apresentado aos estudantes: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=6362¬icia=mesmo-sem-sinagoga-em-mato-grosso-judeus-comemoram-chanuca-com-festa-e-reflexao>> Acesso em: 31 mar. 2024.

²⁵ Mitos Povos Indígenas do Brasil: <<https://mirim.org/pt-br/como-vivem/mitos>> Acesso em: 31 mar. 2024.

Em relação à Roma Antiga, o material traça um paralelo entre a exclusão feminina nas sociedades da Grécia e de Roma antigas e sua perpetuação ao longo da história do Brasil. O livro sugere um vídeo²⁶ sobre a trajetória de algumas mulheres que se destacaram em Mato Grosso, como forma de resistência frente ao contexto de opressão vivenciado (2021, p. 22) Na antiguidade clássica, as mulheres enfrentavam severas restrições em termos de direitos e participação na vida pública. Esse paralelo com a história do Brasil evidencia como estruturas patriarcais podem se perpetuar ao longo do tempo. A recomendação de um vídeo sobre mulheres que se destacaram em Mato Grosso reflete um esforço para dar visibilidade a figuras femininas que resistiram às adversidades históricas e sociais. Ademais, ao tratar das condições de vida dos escravizados romanos, o material menciona uma reportagem²⁷ sobre trabalho análogo à escravidão em Mato Grosso, o que ressalta a necessidade de conscientização e ações efetivas para combater formas contemporâneas de exploração da vida humana.

O Caderno 3 aborda temáticas relevantes sobre questões históricas e contemporâneas, estabelecendo conexões entre o passado e o presente por meio de exemplos específicos do estado de Mato Grosso. No entanto, observa-se que o material poderia se beneficiar de uma análise mais aprofundada acerca das dinâmicas de exclusão e resistência, considerando como essas se manifestam e são enfrentadas em contextos específicos, tanto ao longo da história quanto na atualidade.

Por fim, discute-se o Caderno 4, subdividido em 3 unidades: “Oriente medieval: o Império Bizantino e a expansão islâmica”, “O feudalismo”, “Religião e cultura na Idade Média”. A primeira unidade retoma a discussão sobre o trabalho escravo (2021, p. 04); entretanto, o texto principal não explora o conceito, deixando essa responsabilidade exclusivamente para o professor. Além disso, mais uma vez menciona-se o trabalho análogo à escravidão em Mato Grosso, sem um aprofundamento.

A discussão sobre o trabalho análogo à escravidão é de extrema importância e deve ser amplamente discutido em sala de aula. Contudo, é essencial apresentar os

²⁶ Mulheres que foram pioneiras em Mato Grosso no início do século XX:

<<https://www.youtube.com/watch?v=B50Z5B8xB1k>>. Acesso em: 04 abril. 2022.

²⁷ Seis homens e uma mulher são resgatados de trabalho análogo à escravidão em MT :<<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/07/23/seis-homens-e-uma-mulher-sao-resgatados-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-mt.ghtml>>. Acesso em: 04 abril. 2022.

diversos conceitos de escravidão ao longo da história, permitindo que os alunos compreendam e diferenciem essas variações. No sexto ano, os estudantes estão tendo o primeiro contato com o conceito de escravidão na Antiguidade. Já o conceito de trabalho análogo à escravidão no Brasil e em Mato Grosso requer tempo e um planejamento pedagógico detalhado, que inclua o uso de dados, reportagens e outros recursos, para construir o conhecimento necessário à compreensão do tema em diferentes temporalidades. Muitas vezes, o material trata a história de Mato Grosso como um parêntese que se abre no meio da aula, sendo brevemente mencionado antes de retomar o conteúdo “principal”. Embora em alguns casos seja possível articular os fatos históricos do estado em paralelo com o conteúdo trabalhado, essa abordagem nem sempre considera a complexidade do contexto histórico, o local e o tempo de dedicação necessários para que os estudantes compreendam plenamente o tema, evitando confusões.

Na sequência, o tema abordado é Islamismo. O material menciona uma curiosidade sobre uma mesquita muçulmana localizada em Cuiabá, inaugurada em 1978, conforme apresentado no material do aluno (2021, p. 14). Na última unidade, chamada “Religião e cultura na Idade Média”, ao tratar da história da francesa Joana d’Arc, há uma sugestão para que o professor discuta com os alunos sobre a professora cuiabana Maria Dimpina Lobo Duarte. Ela representa um importante símbolo na luta pela emancipação feminina, sendo a primeira mulher a estudar no tradicional Liceu Cuiabano, onde se formou em Ciências e Letras no ano de 1909. Maria Dimpina Lobo Duarte fundou o Colégio São Luiz, escreveu textos para diversos jornais de Mato Grosso e participou da criação da revista “A Violeta”, vinculada à Federação Mattogrossense pelo Progresso Feminino. (2021, p. 48)

Até o momento, é possível considerar que o material buscou contemplar os objetos de conhecimento pertinentes ao sexto ano propostos pelo DRC-MT. O material destaca fatos importantes sobre a história local e disponibiliza links que podem servir como uma rica fonte de recursos didáticos. Em contrapartida, a riqueza desse conteúdo poderia ser melhor aproveitada se fosse apresentada diretamente no material do estudante, acompanhada de recursos visuais como imagens, mapas e ilustrações. Ao restringir essas informações a um formato de apontamento no manual do professor, seu uso torna-se limitado, uma vez que fica ao critério do docente mencioná-las. É perceptível que foi utilizado um material já produzido, ao qual foram

acrescentados conteúdos relacionados à história de Mato Grosso onde foi possível, mas sem de fato integrá-los ao material.

Embora a intermediação do professor seja fundamental no processo de ensino e aprendizagem, isso não exime as editoras da responsabilidade de oferecer um material o mais completo possível para os estudantes. Esse compromisso é ainda mais necessário neste caso, em que a escolha do material não foi realizada pelo corpo docente, mas decorreu de um processo de licitação que exigia, como pré-requisito estabelecido pela SEDUC-MT, a inclusão de conteúdo regionalizado.

2.2 Adentrando as coleções: 7º ano

Figura 7 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 7º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall

Vitor Alessandro M. Belluci, estudante do 7º ano, apresentou, na capa 1, uma pintura em grafite intitulada "Eu Mato Grosso" como parte de sua produção artística. Datada de 04 de agosto de 2022, sua obra retrata a miscigenação do povo, além da fauna e flora de Mato Grosso. Vitor contou com a orientação da professora Lilian Beltrão, da Escola Estadual Militar Tiradentes CB. Danner Maia Barbosa, localizada em Nova Xavantina/MT, e buscou evidenciar a riqueza cultural e natural do estado.

Na capa 2, Julia Oliveira Rotta, também estudante do 7º ano, apresentou sua visão de Mato Grosso em sua pintura intitulada "Mato Grosso Em Vida". Utilizando lápis de cor e grafite, Julia retratou símbolos e belezas do estado. Sua obra, produzida em 17 de agosto de 2022, foi realizada sob a orientação da professora Kenia Alves Ribeiro Santos, também da Escola Estadual Militar Tiradentes CB Danner Maia

Barbosa, em Nova Xavantina/MT. A artista buscou destacar a identidade e a riqueza natural de Mato Grosso, como pode ser observado na figura 5, apresentada a seguir.

Figura 8 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 7º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall

Gustavo Aparecido Barbosa, aluno do 7º ano da Escola Estadual Profª. Amélia de Oliveira Silva, em Rondonópolis/MT, expressou sua paixão pela fauna mato-grossense em sua produção artística. Utilizando uma variedade de materiais, como lápis de grafite, borracha e lápis de cor, Gustavo criou uma obra que reflete a diversidade dos animais do estado. Sob a orientação da professora Angélica Andersen Chaves, que apresentou os caminhos criativos, Gustavo trouxe à vida a riqueza da fauna local.

Ana Clara Borelli Campos Carvalho, estudante do 7º ano da Escola Estadual Prof. Ana Maria do Couto, em Cuiabá/MT, apresentou uma obra intitulada "Riquezas de Mato-Grosso". Utilizando lápis de cor, Ana Clara retratou uma cena que ilustra a relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza. A composição inclui um pescador, uma cachoeira e animais típicos de Mato Grosso, todos ambientados sob o pôr do sol. Sua produção artística destaca a importância da convivência equilibrada entre o homem e o meio ambiente.

A seguir, destacam-se as unidades temáticas, as habilidades e os objetos de conhecimento apresentados no DRC-MT, bem como aqueles contidos no material estruturado do 7º ano.

Tabela 3 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT: 7º ano

Unidades Temáticas	Habilidades DRC-MT	Objetos de Conhecimento
O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias	Não constam habilidades	Organização cosmológica, política, econômica, social e cultural dos povos indígenas de Mato Grosso antes da chegada dos europeus.
Humanismo, Renascimento e o Novo Mundo	Não constam habilidades	Não constam objetos de conhecimento
A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano	Não constam habilidades	A resistência indígena em Mato Grosso no processo de expansão territorial da América portuguesa.
A expansão portuguesa na América	(EF07HI12.1MT) Compreender a constituição territorial de Mato Grosso a partir da expansão da América portuguesa.	O movimento bandeirantista. Os conflitos entre os bandeirantes e indígenas em Mato Grosso na expansão do território. O ciclo da mineração e a constituição da capitania de Mato Grosso.
Lógicas comerciais e mercantis da Modernidade	Não constam habilidades	Não constam objetos de conhecimento

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Tabela 4 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado: 7º ano

Habilidades do DRC-MT	Objetos de Conhecimento
Não constam habilidades no caderno 1	CADERNO 1 Unidade 1: Civilizações da América Unidade 2: Sociedades africanas Unidade 3: Expansão marítima europeia Unidade 4: Europeus e indígenas, juntos e separados
Não constam habilidades no caderno 2	CADERNO 2 Unidade 1: Formação das Monarquias Nacionais Unidade 2: Humanismo e Renascimento Unidade 3: Reforma religiosa e Contrarreforma Unidade 4: Novas formas de pensar: ciências, costumes e artes

Não constam habilidades no caderno 3	<p align="center">CADERNO 3</p> <p>Unidade 1: Os Estados absolutistas na Europa e seus teóricos</p> <p>Unidade 2: Expansão europeia e conquista da América</p> <p>Unidade 3: Economia e sociedade açucareira</p> <p>Unidade 4: Vaqueiros e tropeiros na América portuguesa</p>
(EF07HI12.1MT) Compreender a constituição territorial de Mato Grosso a partir da expansão da América portuguesa.	<p align="center">CADERNO 4</p> <p>Unidade 1: Vilas e cidades na colônia nos séculos XVII e XVIII</p> <p>Unidade 2: Economia mineradora</p> <p>Unidade 3: Conflitos na colônia nos séculos XVII e XVIII</p>

Fonte: Tabela elaborada pela autora

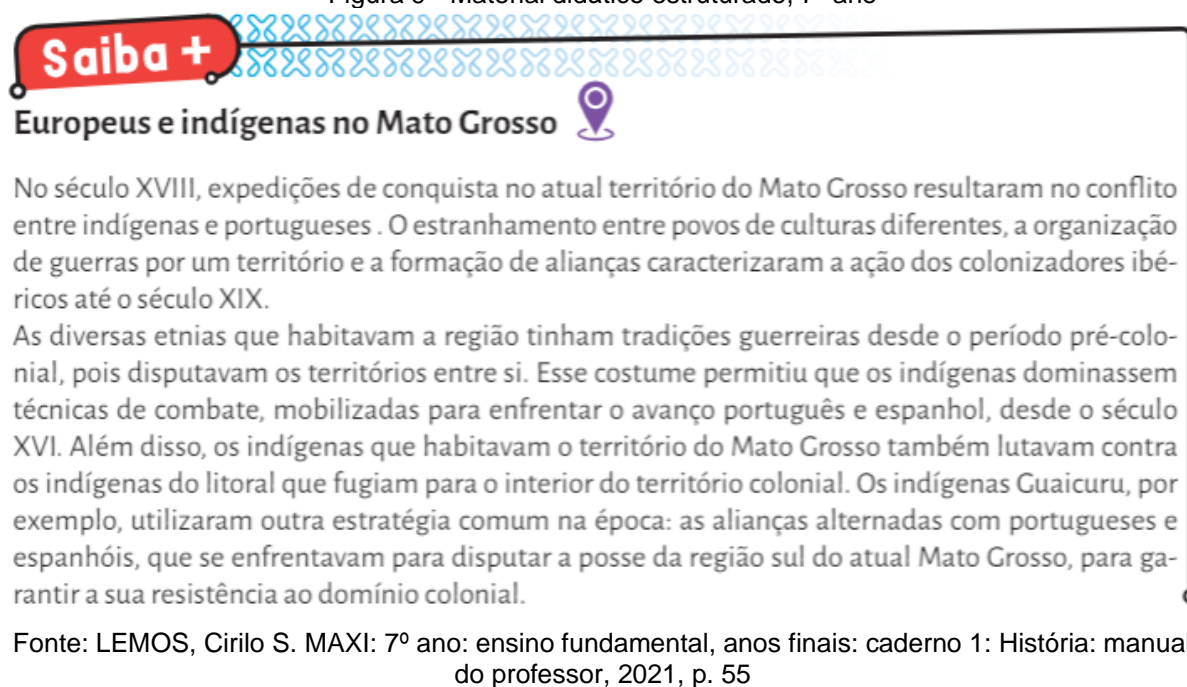
O caderno 1, na unidade 1, denominada “Civilizações da América”, discute a temática dos povos ameríndios da Mesoamérica. O material propõe ao professor traçar um paralelo entre os hábitos e a relação com a natureza dos Incas e dos povos indígenas de Mato Grosso, os Enawene-nawe, pertencentes à família linguística Aruak, ressaltando a diversidade de povos e culturas que habitaram a América no século XVI. Além disso, o material menciona o Parque Nacional do Xingu, localizado na região nordeste de Mato Grosso, onde há a concentração de diversas etnias indígenas descendentes dos referidos povos (2021, p. 45).

O DRC-MT apresenta como objeto de conhecimento a “Organização cosmológica, política, econômica, social e cultural dos povos indígenas de Mato Grosso antes da chegada dos europeus” (2018, p. 253). Contudo, dado o caráter abrangente do tema, considerando a grande diversidade de povos indígenas presentes em Mato Grosso, seria pertinente focar nos Enawene-nawe, mencionados no material. Entretanto, surge uma questão: como estabelecer esse paralelo sem fornecer ao professor detalhes suficientes como base? O material não apresenta exemplos concretos sobre os hábitos ou a relação com a natureza entre os Incas e os Enawene-nawe. Mais uma vez, recai sobre o professor a tarefa de buscar essas informações em outras fontes de pesquisa, já que o material estruturado não oferece os recursos necessários.

As unidades 2 e 3 do caderno 1, que tratam respectivamente das “Sociedades Africanas (Gana, Mali, Iorubás)” e da “Expansão Marítima Europeia”, não disponibilizam sugestões para trabalhar a história local.

Por outro lado, na unidade 4, “Europeus e Indígenas, juntos e separados”, há a menção de um texto chamado “Europeus e indígenas no Mato Grosso”. Diferentemente dos capítulos anteriores, esse texto está disponível no material do estudante, mas em formato intitulado Saiba+, uma seção que oferece informações adicionais como curiosidade.

Figura 9 - Material didático estruturado, 7º ano



Saiba +

Europeus e indígenas no Mato Grosso

No século XVIII, expedições de conquista no atual território do Mato Grosso resultaram no conflito entre indígenas e portugueses. O estranhamento entre povos de culturas diferentes, a organização de guerras por um território e a formação de alianças caracterizaram a ação dos colonizadores ibéricos até o século XIX.

As diversas etnias que habitavam a região tinham tradições guerreiras desde o período pré-colonial, pois disputavam os territórios entre si. Esse costume permitiu que os indígenas dominassem técnicas de combate, mobilizadas para enfrentar o avanço português e espanhol, desde o século XVI. Além disso, os indígenas que habitavam o território do Mato Grosso também lutavam contra os indígenas do litoral que fugiam para o interior do território colonial. Os indígenas Guaicuru, por exemplo, utilizaram outra estratégia comum na época: as alianças alternadas com portugueses e espanhóis, que se enfrentavam para disputar a posse da região sul do atual Mato Grosso, para garantir a sua resistência ao domínio colonial.

Fonte: LEMOS, Cirilo S. MAXI: 7º ano: ensino fundamental, anos finais: caderno 1: História: manual do professor, 2021, p. 55

Embora tenha havido a iniciativa de incluir esse fato sobre Mato Grosso no caderno do estudante, o material não aprofunda a abordagem do tema, transferindo ao professor toda a responsabilidade de discutir o conteúdo, propor reflexões ou elaborar atividades relacionadas.

No Caderno 2, na unidade 2, chamada “Humanismo e Renascimento”, há duas referências à história de Mato Grosso. A primeira ocorre no contexto da Companhia de Jesus, em que o material destaca que as missões jesuíticas na região que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso foram elementos cruciais na disputa territorial entre espanhóis e portugueses durante o período colonial (2021, p. 35). A segunda referência solicita que o professor explique aos alunos a influência barroca nas manifestações artísticas na colônia portuguesa, mencionando que parte

dessa arte pode ser encontrada no Museu de Arte Sacra²⁸. O material disponibiliza um link para que o acervo seja visitado online, mas o site estava indisponível no momento da consulta (2021, p. 36).

Ao abordar a influência da Companhia de Jesus e das missões jesuíticas, o material oferece um contexto importante sobre a colonização no Brasil e o papel das ordens religiosas nesse processo. Esse enfoque contribui para que os estudantes compreendam a complexidade das disputas territoriais e a interação entre diferentes grupos colonizadores. Da mesma forma, a segunda referência sobre barroco nas manifestações artísticas na colônia portuguesa é relevante, pois permite relacionar a influência barroca a exemplos concretos, como o acervo do Museu de Arte Sacra, e conectá-los ao patrimônio cultural brasileiro. No entanto, a indisponibilidade do site limita essa experiência, uma vez que impede o acesso a recursos visuais e informações adicionais que poderiam fomentar o aprendizado. É crucial que os materiais educacionais garantam o funcionamento adequado dos links e a disponibilidade dos recursos sugeridos.

O Caderno 2, nas Unidades 1 (“Formação das Monarquias Nacionais”) e 4 (“Novas Formas de Pensar: Ciências, Costumes e Artes”), não há menções à história de Mato Grosso. Da mesma forma, no Caderno 3, nas Unidades 1 (“Os Estados Absolutistas na Europa e seus Teóricos”) e 2 (“Expansão Europeia e Conquista da América”), também não há referências relacionadas à história do estado.

O Caderno 3, na unidade 3 “Economia e sociedade açucareira”, aborda uma parte importante da história de Mato Grosso. Menciona-se que o período inicial da colonização portuguesa foi marcado pela presença no litoral e pelos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Entretanto, a presença portuguesa no atual território de Mato Grosso ocorreu em 1525, com as primeiras expedições realizadas por Pedro Aleixo Garcia, quando a região ainda pertencia aos espanhóis. A densa vegetação da área deu origem ao nome Mato Grosso. Somente no século

²⁸ “O Museu de Arte Sacra de Mato Grosso (MASMT) está localizado na cidade de Cuiabá. Fundado em 10 de março de 1980, o museu reúne diversas peças do período setecentista, remanescentes da antiga Catedral do Bom Jesus de Cuiabá, demolida em 1968, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Nossa Senhora dos Passos, acervo pessoal do bispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, e por doações particulares. Atualmente a missão do Museu é preservar, conservar, divulgar e transmitir a memória e a história acerca de seu acervo, assim assegurando o acesso dos visitantes aos bens museais em exposição, por meio de políticas que contemplam ações educativas, culturais e de pesquisa ao público visitante. As coleções do acervo são compostas de alfaias, pratarias, imagens, paramentos, retábulos e indumentárias provenientes dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX que levam os visitantes do Museu a uma viagem no tempo.” Acesso em: <https://www.secel.mt.gov.br/-/2675682-museu-de-arte-sacra>. Acesso em: 12 jul. 2024.

XVIII, em 1748, o território foi elevado à condição de capitania. Após os tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as fronteiras foram delimitadas e a posse portuguesa legitimada. Os espanhóis inicialmente não tiveram interesse em ocupar a região, pois não encontraram metais preciosos ali e já possuíam uma estrutura mineradora consolidada em outras áreas, o que concentrava sua atenção (2021, p. 34). Em outro momento, o material também enfoca que o cultivo de cana-de-açúcar em Mato Grosso só se destacou na década de 1970, com o incentivo governamental para a produção de álcool no Brasil por meio do Programa Proálcool. Atualmente, o estado tem se destacado pela produção de álcool a partir do milho (2021, p. 35).

No que diz respeito à presença jesuíta na América Portuguesa, o material sugere um artigo²⁹ que aborda o papel das missões jesuíticas na delimitação das fronteiras brasileiras e mato-grossenses no período colonial. O texto destaca o envolvimento dos indígenas e as articulações políticas envolvendo colonos, jesuítas e povos nativos (2021, p. 41). Além disso, no que se refere aos povos originários, é citado que, no período colonial, os indígenas eram classificados pelos portugueses em dois grupos: os aldeados/aliados, que permaneciam livres e formavam parcerias para a defesa do território, e os "selvagens do sertão", que resistiam ao contato com os portugueses e dificultavam a expansão territorial. Esses povos do sertão frequentemente entravam em conflito com os colonizadores e, quando capturados, eram escravizados. Especialmente no século XVIII, após a descoberta do ouro em Mato Grosso e o consequente aumento da imigração para a região, as tensões entre os povos indígenas, jesuítas, portugueses, africanos escravizados e outros grupos se intensificaram (2021, p. 42).

O texto objetiva abordar a habilidade (EF07HI12.1MT) do DRC-MT, que é "Compreender a constituição territorial de Mato Grosso a partir da expansão da América Portuguesa" (2028, p. 254), pontuando alguns eventos importantes da história do estado.

O texto apresenta uma linha do tempo clara sobre a presença portuguesa na região de Mato Grosso, desde as primeiras expedições em 1525 até a delimitação das fronteiras após os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Essa estrutura facilita ao leitor compreender as transformações territoriais e políticas da área. Além

²⁹ Artigo "A capitania de Mato Grosso e suas relações com as missões jesuíticas de Chiquitos no século XVIII", de Leny Caselli Anzai. Não foi possível acessar o link.

disso, menciona algumas transformações econômicas e políticas governamentais que influenciaram a região. Ao abordar o papel das missões jesuíticas na delimitação das fronteiras e a classificação dos povos indígenas, o texto contribui para um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais e políticas da época. No entanto, os conflitos entre os povos indígenas e os portugueses são apresentados de maneira relativamente simplificada. O material carece de maior aprofundamento sobre aspectos como as especificidades das articulações políticas entre colonos, jesuítas e povos nativos, bem como sobre as consequências dessas interações para cada grupo envolvido.

Outro ponto relevante é a menção à produção contemporânea de álcool a partir do milho. Seria interessante explorar com mais profundidade as implicações econômicas, sociais e ambientais dessa atividade na atualidade, ampliando a compreensão sobre seu impacto na região. Embora o texto atenda ao objetivo de abordar a constituição territorial de Mato Grosso no contexto da expansão da América Portuguesa, conforme a habilidade (EF07HI12.1MT) do DRC-MT, ele apresenta potencial para ser mais completo. Para valorizar o conteúdo e torná-lo mais abrangente e inclusivo, seria pertinente aprofundar a análise de alguns temas e incorporar mais perspectivas dos grupos historicamente marginalizados. Um maior detalhamento sobre as dinâmicas internas entre colonos, jesuítas e povos indígenas, aliado à contextualização das mudanças econômicas contemporâneas, contribuiria para ampliar a compreensão histórica e atual dos estudantes sobre a região.

No Caderno 3, na unidade 4 “Vaqueiros e tropeiros na América portuguesa”, o texto aborda a relevância da pecuária, que chegou à capitania de Mato Grosso apenas no século XVIII, após a crise da mineração. Nesse período, a pecuária já era uma atividade consolidada em âmbito nacional. Atualmente, Mato Grosso se destaca como um dos maiores produtores de gado bovino do Brasil. Durante o período colonial, a pecuária desempenhou um papel importante na expansão portuguesa e na ocupação de territórios, contribuindo para a ampliação do domínio colonial e para a demarcação de fronteiras. Essa atividade ocorria de maneira extensiva e geralmente com trabalho livre. Além da pecuária, o texto menciona o tropeirismo como um elemento crucial para a interligação da região de Mato Grosso com outras partes do Brasil colonial. Em conjunto com as monções, o tropeirismo garantiu o abastecimento das áreas mineradoras (2021, p. 52).

O material destaca a importância da pecuária na expansão e ocupação territorial no período colonial, ressaltando como essa atividade contribuiu para a consolidação do domínio colonial português e para a definição das fronteiras. A menção ao tropeirismo é especialmente relevante, pois evidencia como essa prática foi fundamental para a integração de Mato Grosso com outras regiões e para o abastecimento das zonas de mineração. No entanto, seria interessante explorar a análise sobre os impactos dessas atividades nas populações locais, incluindo os indígenas e os africanos escravizados. Além disso, a afirmação de que Mato Grosso atualmente se destaca como um dos maiores produtores de gado bovino do Brasil é válida, mas seria enriquecida com a inclusão de dados atualizados ou estatísticas recentes que corroborassem a informação apresentada.

No Caderno 4, na unidade 1 “Vilas e cidades na colônia nos séculos XVII e XVIII”, a unidade começa com uma curiosidade sobre o processo de ocupação do território de Mato Grosso. Nesse contexto, é mencionado que exploradores espanhóis estabeleceram, no século XVI, as vilas de Puerto de Los Reyes e Santiago de Xerez, na região do Pantanal, que posteriormente foram abandonadas, permitindo a exploração pelos portugueses por meio do movimento bandeirante (2021, p. 02). Logo em seguida, o objeto de conhecimento “O movimento bandeirantista” é apresentado. Contudo, a unidade não faz mais abordagens acerca da relação entre o movimento bandeirantista e o estado de Mato Grosso. Seria útil oferecer mais informações sobre os motivos específicos que levaram ao abandono das vilas pelos espanhóis, bem como sobre as motivações e os impactos da exploração bandeirante na região. Ademais, a menção ao movimento bandeirante poderia ser enriquecida com uma análise crítica dos seus efeitos nas populações indígenas locais, frequentemente devastadas pela violência e escravização. Uma análise mais ampla e inclusiva ajudaria a proporcionar uma compreensão mais completa e reflexiva dos eventos históricos.

Na Unidade 2, intitulada “Economia mineradora”, o texto sugere que o professor discuta a utilização da mão de obra escravizada em Mato Grosso em função da descoberta das minas de ouro na região de Cuiabá (2021, p. 22). Na versão do aluno, há uma breve referência à Guerra dos Emboabas. Menciona-se que, enquanto buscavam metais preciosos e indígenas em outras regiões do Brasil, os bandeirantes paulistas descobriram ouro na região de Mato Grosso. Essa descoberta resultou em um intenso fluxo migratório, culminando na fundação do Arraial do Cuiabá em 1719.

A iniciativa visava organizar a administração portuguesa, arrecadar os impostos auríferos destinados à Coroa e estabelecer a justiça na região (2021, p. 24).

O material aborda a escassez de alimentos e moradias em Minas Gerais decorrentes da intensa exploração aurífera. Na versão destinada ao professor, é mencionado que a região das minas de Mato Grosso também enfrentou problemas de abastecimento. A redução na produção em outras capitanias impactou o fornecimento de suprimentos para a região de Cuiabá, resultando em fome local. Muitos escravizados que trabalhavam nas minas morreram em decorrência de doenças associadas à má alimentação. Para mitigar o problema de abastecimento, foram organizadas as monções, expedições fluviais com propósitos comerciais e colonizadores. Essas expedições desempenharam um papel crucial na expansão territorial sob domínio da Coroa portuguesa. Uma das monções mais conhecidas em Mato Grosso foi liderada por Rodrigo Cezar de Menezes, que chegou à região acompanhado de mais de três mil pessoas. Essa expedição possibilitou a elevação do Arraial do Cuiabá à condição de Vila e, posteriormente, a criação da Capitania de Mato Grosso em 1748 (2021, p. 24).

O texto aborda os eventos relacionados à exploração aurífera em Mato Grosso e suas consequências sociais, econômicas e políticas, destacando a utilização da mão de obra escravizada, elemento crucial para compreender o contexto da exploração do ouro. Ao enfatizar a importância das expedições fluviais para a colonização e o comércio na região, demonstra que a exploração aurífera não se restringiu apenas à extração do metal precioso, mas também contribuiu para a expansão e consolidação do domínio português no território.

No Caderno 4, na unidade 3 “Conflitos na colônia nos séculos XVII e XVIII”, não há menções específicas sobre a história de Mato Grosso.

De forma geral, os cadernos voltados para o 7º ano conseguem abordar com mais detalhes eventos importantes relacionados à expansão territorial de Mato Grosso. Isso oferece ao professor ferramentas adicionais para trabalhar com os estudantes a habilidade proposta pelo DRC-MT (EF07HI12.1MT): “Compreender a constituição territorial de Mato Grosso a partir da expansão da América portuguesa”.

2.3 Adentrando as coleções: 8º ano

Figura 10 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 8º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall

A primeira capa, elaborada por João Victor Fernandes Cáceres, da Escola Estadual São José do Rio Claro, é uma obra que ressoa com a majestade de Mato Grosso. João Victor nos leva a uma jornada visual que evidencia a rica diversidade do estado. Ele destaca o tucano como símbolo de imponência, a capivara como representante da fauna, e o cocar, um ornamento que evoca a força dos povos nativos, incluindo os Bororós, Caiapós e Chiquitanos. A harmonia entre essas culturas e o agronegócio é evidenciada pelos girassóis, algodão e soja. O pequi, um fruto endêmico do cerrado, é também representado, lembrando a importância da culinária mato-grossense. A vitória-régia e a onça-pintada simbolizam o Pantanal, um bioma de enorme riqueza, mas que enfrenta desafios como queimadas e incêndios criminosos. A viola de cocho, por sua vez, representa a pluralidade de ritmo e a alegria dos festejos populares que compõem a cultura do estado.

A segunda capa, criada por Wilhan Dias Santos, da Escola Estadual Domingos Aparecido dos Santos, localizada em Rondonópolis, ressalta as riquezas do estado. Wilhan nos conduz por uma viagem visual que destaca a história, o meio ambiente, a gastronomia e as danças típicas do estado. Em seu desenho, ele integra o formato do território de Mato Grosso com a bandeira, enfatizando a conexão entre o estado e sua identidade. Elementos como o cururu, uma dança tradicional, e a mojica de pintado, um prato típico, são destacados, celebrando a rica cultura gastronômica e artística da região.

Figura 11 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 8º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall.

A terceira capa, produzida por Yonah Echeverria Mitelstet, da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes CB, em Sorriso, oferece uma visão única das plantações mato-grossenses e dos animais regionais. Com uma abordagem digital, Yonah destaca a relevância da agricultura para o estado e a rica fauna que o habita.

A quarta capa, elaborada por Maria Fernanda Ferreira dos Santos Jacomini da Escola Estadual Militar Tiradentes SD, em Lucas do Rio Verde, apresenta uma arara-canindé, uma das espécies mais emblemáticas da fauna de Mato Grosso. Com traços de grafite e tinta guache, Maria Fernanda nos convida a apreciar a beleza natural do estado, refletindo a importância da preservação de seu patrimônio ambiental.

Na sequência, destacam-se as unidades temáticas, as habilidades e os objetos de conhecimento apresentados no DRC-MT, bem como aqueles contidos no material estruturado do 8º ano.

Tabela 5 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT: 8º ano.

Unidades Temáticas	Habilidades DRC-MT	Objetos de Conhecimento
O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise	Não constam habilidades	Não constam objetos de conhecimento
Os processos de independência nas Américas	Não constam habilidades	<p>A independência do Brasil e sua influência em Mato Grosso, seus desdobramentos e impactos para a cultura local</p> <p>Vida cultural e cotidiana da população negra e indígena de Mato Grosso no período colonial</p>

O Brasil no século XIX	Não constam habilidades	A questão da terra em Mato Grosso.
Mato Grosso no século XIX	(EF08HI23.1MT) Compreender o contexto político, econômico e cultural de Mato Grosso no século XIX e seus desdobramentos sociais e culturais.	<p>A transferência da Capital de Vila Bela de Santíssima Trindade para Cuiabá.</p> <p>Os impactos da independência do Brasil para Mato Grosso.</p> <p>A Rusga e sua articulação com outros movimentos regenciais</p> <p>Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai.</p> <p>A economia mato-grossense pós-guerra do Paraguai.</p> <p>A resistência dos quilombos e comunidades tradicionais em Mato Grosso.</p>
Configurações do mundo no século XX	Não constam habilidades	Não constam objetos de conhecimento

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 6 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado: 8º ano

Habilidades do DRC-MT	Objetos de Conhecimento
Não constam habilidades no caderno 1	<p>CADERNO 1</p> <p>Unidade 1: O pensamento iluminista</p> <p>Unidade 2: A Revolução Industrial</p> <p>Unidade 3: A Revolução Francesa: o nascimento da contemporaneidade</p> <p>Unidade 4: A Era Napoleônica</p>
Não constam habilidades no caderno 2	<p>CADERNO 2</p> <p>Unidade 1: A independência dos Estados Unidos</p> <p>Unidade 2: Processos de independência da América espanhola</p> <p>Unidade 3: Os caminhos da independência do Brasil</p> <p>Unidade 4: O Primeiro Reinado (1822-1831)</p>
(EF08HI23.1MT) Compreender o contexto político, econômico e cultural de Mato Grosso no século XIX e seus desdobramentos sociais e culturais.	<p>CADERNO 3</p> <p>Unidade 1: O Período Regencial</p>

	Unidade 2: O Segundo Reinado Unidade 3: Economia cafeeira, imigração e industrialização Unidade 4: Fim do Segundo Reinado: mulheres, indígenas e afrodescendentes
Não constam habilidades no caderno 4	CADERNO 4 Unidade 1: Revoluções liberais na Europa Unidade 2: Teorias políticas do século XIX Unidade 3: Expansão e imperialismo

Fonte: Elaborada pela autora

No Caderno 1, na unidade 1 “O pensamento iluminista”, o material sugere que o professor trace um paralelo entre as ideias iluministas e as medidas adotadas pelo governo do marquês de Pombal em Mato Grosso. Sob influência do iluminismo, Pombal expulsou os jesuítas do Brasil colonial e implementou novas normas e diretrizes para a população indígena. Entre essas medidas, destacou-se a criação do Diretório dos Índios, em 1758. Há também a sugestão de um artigo³⁰ como material complementar. (2021, p. 7). Contudo, seria mais proveitoso se o material explorasse mais profundamente os impactos positivos e negativos dessas ações na população indígena, oferecendo ao professor e aos estudantes uma análise mais crítica e abrangente sobre o tema.

No Caderno 1, na unidade 2 “A Revolução Industrial”, são mencionados o Tratado de Methuen (1703) e a mineração em Mato Grosso no século XVIII, que contribuíram para o processo de acumulação de capital inglês e, consequentemente, para o pioneirismo da Inglaterra no processo de industrialização (2021, p. 22). Essa abordagem destaca a interconexão econômica a partir de uma perspectiva globalizada. No entanto, seria útil que o material oferecesse mais detalhes sobre os impactos dessas atividades econômicas na população local, proporcionando uma visão crítica mais ampla.

³⁰ Para ter mais detalhes sobre os efeitos dessa política para a população indígena do Mato Grosso, acesse o artigo: CANOVA, Loiva. Índios e civilização na capitania de Mato Grosso sob a perspectiva do Diretório. Revista História e Diversidade, v. 8, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/1624/1546>>. Acesso em: 28 jun. 2022-4.

Já no Caderno 1, nas Unidades 3 (“A Revolução Francesa: o nascimento da contemporaneidade”) e 4 (“A Era Napoleônica”), assim como no Caderno 2, nas Unidades 1 (“A independência dos Estados Unidos”) e 2 (“Processos de independência da América Espanhola”), não há menções específicas a eventos relacionados à história de Mato Grosso.

No Caderno 2, na Unidade 3 “Os caminhos da independência do Brasil”, o texto discute formas de resistência indígena em Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. São mencionados confrontos, fugas, negociações, formação de alianças e a influência cultural. Em relação aos escravizados de origem africana, destacam-se os quilombos formados no estado. É sugerido alguns materiais complementares³¹ que podem ser utilizados em sala de aula para aprofundar o tema (2021, p.41). Na versão do aluno, há um pequeno texto que trata de algumas mudanças e transformações ocorridas na capitania de Mato Grosso com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808:

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, ocorreram transformações na capitania de Mato Grosso. Nesse ano, os vereadores de Vila Bela da Santíssima Trindade propuseram a criação de uma aula de anatomia e cirurgia, ou seja, um curso capaz de formar cirurgiões, após aprovação do capitão-general. Algo semelhante foi aprovado em Cuiabá, em 1816. É, também, na primeira metade do século XIX, que surgem em Cuiabá, os primeiros periódicos de Mato Grosso, também intensamente envolvidos, com os acontecimentos políticos que marcaram o estado naquele período (2021, p. 44).

Essas mudanças estão inseridas no contexto mais amplo de reorganização política e administrativa promovida pela Coroa portuguesa, especialmente no campo da educação e comunicação. No que diz respeito à discussão sobre formas de resistência indígena e a formação de quilombos em Mato Grosso, é de grande relevância para o despertar da consciência crítica dos alunos, pois evidencia o histórico de opressão da população negra no Brasil. O material demonstra um reconhecimento positivo da diversidade de estratégias de resistência. No entanto, seria ainda mais interessante e enriquecedor incluir perspectivas de fontes primárias, como relatos indígenas e afro-brasileiros, diretamente no material do estudante. Essa

³¹ "Quilombos em Mato Grosso" (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xX0JgOqMXdc>. Acesso em: 28 jul. 2022) e "Tereza de Benguela, uma rainha negra no Mato Grosso" (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ne00NJ_fdog. Acesso em: 28 jul. 2022); CARMARGO, Isabel Camilo de. Considerações historiográficas sobre a escravidão na província de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364332148_ARQUIVO_AnpuhNacional1.1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

abordagem valorizaria as narrativas históricas dessas populações, conferindo maior protagonismo às suas vozes e experiências.

No Caderno 2, na unidade 4 “O Primeiro Reinado (1822-1831)”, destaca-se a existência de dois grupos políticos em Mato Grosso nas décadas de 1820 e 1830: os nativistas, também chamados de periquitos, e os caramurus, conhecidos como bicudos. Os nativistas representavam os indivíduos nascidos no território brasileiro, enquanto os caramurus eram formados por pessoas de origem portuguesa. Essa rivalidade política gerou tensões significativas entre os municípios de Vila Bela e Cuiabá, agravando o clima de instabilidade na região. Durante esse período, a província enfrentava uma intensa crise econômica, marcada por denúncias de corrupção frequentemente expostas nos periódicos locais. Esses fatores contribuíram para o aumento das tensões sociais e políticas, culminando em revoltas como a Rusga, ocorrida em 1834 (2021, p. 60).

Acerca do conteúdo, a unidade propõe uma atividade em que os alunos devem identificar as características do cenário político mato-grossense após a independência do Brasil. A inclusão de atividades que incentivem os estudantes a explorar o cenário político pós-independência é uma importante prática pedagógica, pois promove a análise crítica e a compreensão contextual do período. No entanto, a descrição das tensões e da crise econômica poderia ser mais bem detalhada, oferecendo uma compreensão mais profunda das causas e efeitos desses eventos.

Até o momento é possível identificar que o material busca destacar a importância econômica de Mato Grosso na era colonial; explorar as diversas formas de resistência contra a opressão colonial e escravista, com ênfase na contribuição de indígenas e africanos na história local; e levar os alunos a identificarem as características do cenário político mato-grossense após a independência do Brasil. Nota-se uma conexão relevante entre eventos históricos globais e contextos locais, o que ajuda os alunos a compreenderem a importância de Mato Grosso na história do Brasil. No entanto, para aprimorar a análise crítica dos estudantes, seria benéfico aprofundar as discussões sobre os impactos sociais e ambientais das políticas e eventos históricos abordados, bem como, novamente, incorporar mais fontes primárias.

O Caderno 3, na Unidade 1 “O Período Regencial”, não aborda aspectos relacionados à história de Mato Grosso.

Já na Unidade 2, intitulada “O Segundo reinado”, o caderno traz um conteúdo relevante sobre a história do estado de Mato Grosso, especificamente a Guerra do Paraguai, alinhando-se à habilidade (EF08HI23.1MT) do DRC-MT, que é “Compreender o contexto político, econômico e cultural de Mato Grosso no século XIX e seus desdobramentos sociais e culturais” (2018, p. 256). No material do aluno, há um breve destaque em formato de Saiba+, localizado ao lado direito da página, apresentado da seguinte forma:

Mato Grosso e a Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai teve início com a invasão paraguaia do território mato-grossense, em 1864. O objetivo paraguaio era realizar a invasão, na sequência, dos territórios do Rio Grande do Sul e da Argentina. No Mato Grosso, a defesa do território estava desarticulada e o avanço paraguaio foi rápido. Antes dessa invasão, o Paraguai enviou missões de espionagem para o reconhecimento do território. Desde 1862, os governos mato-grossense e brasileiro debatiam a necessidade de reforçar as defesas da fronteira. As notícias sobre o armamento do Paraguai alarmavam a região para os possíveis planos expansionista desse país. Na época, a marinha brasileira não tinha navios para patrulhar o Rio Paraguai e o efetivo de soldados em Mato Grosso era muito baixo (2021, p. 23).

Além do texto acima reproduzido na íntegra, há uma breve explicação sobre a economia do estado no período pós-Guerra do Paraguai. O material aponta que o controle brasileiro sobre a navegação pelo Rio Paraguai, conquistado após o conflito, impulsionou diversos setores econômicos de Mato Grosso. Entre 1870 e 1940, a navegação fluvial, especialmente pelo Rio Paraguai e outros rios da região, tornou-se o principal meio de transporte. Essa intensificação da navegação favoreceu o crescimento econômico da região norte da província de Mato Grosso, com destaque para Cuiabá, onde se instalaram estaleiros e houve aumento no número de portos. Como resultado, a economia de Mato Grosso conectou-se à economia global, envolvendo países vizinhos e outros continentes. Seguindo a lógica da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o estado consolidou-se como exportador de matéria-prima e importador de produtos industrializados, tecnologia e capital.

Devido aos interesses imperialistas, os ingleses começaram a investir na mineração na região de Mato Grosso, introduzindo a lavra mecânica. O uso de barcos a vapor facilitou o contato mais próximo com outras regiões brasileiras, conectando Mato Grosso ao mercado nacional. Empresas estrangeiras passaram a operar no estado em vários setores da economia local, como estaleiros e mineração, somando-se ao capital público e privado nacional.

Na década de 1940, a construção da rede ferroviária e de pontes, como a Ponte Presidente Eurico Dutra, que conectava Corumbá a São Paulo, reduziu a importância do transporte fluvial. Nesse período, as atividades extrativistas, como a coleta de poaia, madeira e látex, além da produção de erva-mate, cana-de-açúcar e a pecuária, ganharam relevância, aumentando a riqueza das famílias que controlavam essas atividades. O fortalecimento do contato da região com o mercado global e outras províncias brasileiras fez com que os produtos de Mato Grosso ganhassem destaque, ampliando o capital circulante. Diversas casas comerciais foram instaladas na província, desempenhando papel central na captação de capital e na comercialização dos produtos locais com outros países ou regiões do Brasil. No início do século XX, Mato Grosso começou a vivenciar os efeitos dessa dinamização econômica, que se refletiram na modernização do espaço urbano (2021 p. 25-26).

A Guerra do Paraguai é um evento histórico de grande relevância para a história do Brasil e de Mato Grosso, além de ser um dos temas que desperta maior interesse nos alunos. O texto apresenta alguns detalhes sobre os impactos econômicos e sociais da navegação pelo Rio Paraguai em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai (1864-1870), destacando que essa navegação foi fundamental para o desenvolvimento econômico da região entre 1870 e 1940. São enfatizados aspectos importantes do cenário econômico. Em contrapartida, o texto adota predominantemente uma perspectiva econômica e infraestrutural, deixando de lado as implicações sociais e culturais dessas mudanças. Por exemplo, não é abordado como essas transformações impactaram as comunidades locais, especialmente as populações indígenas. Além disso, embora mencione os interesses imperialistas britânicos, não há uma análise crítica mais aprofundada sobre os efeitos negativos desse imperialismo, como a exploração dos recursos naturais e a dependência econômica criada. A modernização do espaço urbano também é mencionada de forma superficial, sem detalhar como essas mudanças afetaram a vida cotidiana dos habitantes de Mato Grosso. Seria interessante explorar quais foram as transformações urbanas específicas, como a instalação de infraestrutura básica, mudanças na organização das cidades e seus efeitos sobre diferentes grupos sociais. Outro ponto relevante é que o texto abrange um período extenso (1870-1940) sem segmentar claramente as diferentes fases desse desenvolvimento. Uma análise mais detalhada, que estabelecesse marcos temporais e explorasse as dinâmicas

específicas de cada etapa, poderia enriquecer a compreensão do período e oferecer aos alunos uma visão mais estruturada dos processos históricos envolvidos.

No Caderno 3, na Unidade 3 “Economia cafeeira, imigração e industrialização”, não há menções relacionadas à história de Mato Grosso.

Na Unidade 4 “Fim do Segundo Reinado: mulheres, indígenas e afrodescendentes”, o material solicita que o professor aborde o papel da Lei de Terras (1850) na consolidação do modelo fundiário e nas implicações econômicas e sociais em Mato Grosso (2021, p. 46). Contudo, não são fornecidos detalhes ou subsídios suficientes para que o professor desenvolva o tema de maneira aprofundada. Além disso, é sugerido que o professor faça uma reflexão sobre a importância da resistência das comunidades quilombolas e tradicionais de Mato Grosso (2021, p. 46), mas, novamente, o material não aprofunda a discussão, deixando a análise limitada.

No Caderno 4, na unidade 1 “Revoluções liberais na Europa”, é mencionado o Movimento Romantista do século XIX, que em Mato Grosso teve como expoente Antônio Cláudio Soído, um poeta que chegou à cidade de Cuiabá em 1857, tendo como uma de suas obras mais famosas a poesia “Milagre”. Outros escritores que integraram o movimento romântico de Mato Grosso também são citados, como Amâncio Pulquério de França, Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins e José Tomás de Almeida Serra, todos nascidos em Cuiabá (2021, p. 04). É importante que os estudantes conheçam os artistas locais. No entanto, o tema é novamente tratado de modo superficial, citando vários autores sem oferecer detalhes adicionais sobre suas obras ou sua relevância no movimento.

Já na Unidade 2, “Teorias Políticas do Século XIX”, e na Unidade 3, intitulada “Expansão e Imperialismo”, não há sugestões ou conteúdos relacionados à história local.

Na sequência, apresentamos as capas dos cadernos dos estudantes do 9º ano, volumes 1 a 4.

2.3 Adentrando as coleções: 9º ano

Figura 12 - Capas 1 e 2 dos cadernos dos estudantes - 9º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall

Sara Assis Damasceno, estudante do 9º ano da Escola Estadual Arlinda Pessoa Morbec, em Alto Paraguai, nos presenteia com a sua produção artística intitulada "Diversidade". Utilizando a plataforma Canva e um caderno, Sara cria uma composição que ressalta a riqueza cultural da região. Ela destaca o orgulho da fauna e flora locais, a vida rural com o gado pantaneiro e a interação humana com o meio ambiente. Sua obra nos leva a uma viagem visual pela diversidade de Mato Grosso.

João Pereira de Sousa Neto, estudante do 9º ano da EE Militar Tiradentes Soldado PM Adriana Moraes Ramos, em Lucas do Rio Verde, apresenta "Um Olhar sobre o Cerrado". Com apenas um celular comum, o aplicativo Sketchbook e uma caneta touch, João demonstra sua visão sobre o cerrado. Sua obra revela a simplicidade e a beleza do ambiente local, provando que a arte está ao alcance de todos.

Figura 13 - Capas 3 e 4 dos cadernos dos estudantes - 9º ano, volumes 1 a 4.



Fonte: Colagem elaborada pela autora com base na versão digital do material disponibilizado na plataforma Plurall

Marlorryne Garcia Baptista, aluna do 9º ano da Escola Estadual Governador José Fragelli, em Cuiabá, apresenta a produção “Die Brücke”. Inspirada pelo movimento artístico alemão "Die Brücke", Marlorryne ressignifica o conceito cultural para a realidade de Mato Grosso, explorando a ligação entre as cidades irmãs Várzea Grande e Cuiabá. Sua produção destaca como influências culturais e históricas moldam a identidade do estado.

Ana Paula Rodrigues Rocha, estudante do 9º ano da Escola Estadual Professora Muralha Miranda Passos, em Nova Marilândia, nos presenteia com "A Beleza do Pantanal". Utilizando lápis de cor, Ana Paula retrata com delicadeza e maestria a flora e fauna do Pantanal mato-grossense. Sua obra enaltece a majestade do tuiuiú e a beleza do ipê, ressaltando o valor da flora e fauna pantaneiras.

Logo abaixo, destacam-se as unidades temáticas, as habilidades e os objetos de conhecimento apresentados no DRC-MT, bem como aqueles contidos no material estruturado do 9º ano.

Tabela 7 - Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos de Conhecimento do DRC-MT: 9º ano

Unidades Temáticas	Habilidades DRC-MT	Objetos de Conhecimento
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até metade do século XX	Não constam habilidades	O coronelismo em Mato Grosso A modernização e transformação da paisagem urbana na capital mato-grossense. A questão afro-brasileira

		<p>durante a República (até 1964).</p> <p>Protagonismo negro em Mato Grosso durante a República.</p> <p>As mudanças conceituais de diversidades étnico-raciais e a ideia de gênero no Brasil do século XX.</p> <p>Os movimentos sociais no Brasil do século XX.</p>
Totalitarismos e conflitos mundiais	Não constam habilidades	Não constam objetos de conhecimento
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	Não constam habilidades	<p>Constituição de Mato Grosso e os impactos políticos na região.</p> <p>A Marcha para o Oeste e o desenvolvimento das regiões de Mato Grosso.</p> <p>Colonização do norte de Mato Grosso após a década de 1970.</p> <p>Conflitos agrários e indígenas em Mato Grosso.</p> <p>A divisão geopolítica do estado de Mato Grosso.</p> <p>Mato Grosso no contexto da globalização: a questão da violência contra populações marginalizadas.</p>
A história recente	Não constam habilidades	Não constam objetos de conhecimento

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Tabela 8 - Habilidades e Objetos de Conhecimento do Material Didático Estruturado: 9º ano

Habilidades do DRC-MT	Objetos de Conhecimento
Não constam habilidades no caderno 1	<p>CADERNO 1</p> <p>Unidade 1: A Primeira República</p> <p>Unidade 2: A Grande Guerra</p> <p>Unidade 3: A Revolução Russa</p> <p>Unidade 4: Capitalismo e democracia em crise</p>
Não constam habilidades no caderno 2	<p>CADERNO 2</p> <p>Unidade 1: A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)</p>

	Unidade 2: A Era Vargas (1930-1945) Unidade 3: A Guerra Fria Unidade 4: A descolonização da África
Não constam habilidades no caderno 3	CADERNO 3 Unidade 1: Populismo no Brasil Unidade 2: Tensões e conflitos na América Latina no século XX Unidade 3: Ditadura civil-militar no Brasil Unidade 4: Redemocratização do Brasil
Não constam habilidades no caderno 4	CADERNO 4 Unidade 1: O fim da Guerra Fria Unidade 2: O Brasil pós-1990 e seus desafios globais Unidade 3: O mundo no século XXI: principais questões

Fonte: Tabela elaborada pela autora

No Caderno 1: na unidade 1 “A Primeira República”, o material aponta que há vários aspectos específicos relacionados ao coronelismo em Mato Grosso. É sugerido que os alunos explorem tópicos como: Revolução da legalidade (1891 e 1892), Massacre da Vila do Rosário (1892), Contestação à legalidade (1899) e a Revolução de 1906 (2021, p. 02). Contudo, o material não fornece orientações sobre como abordar esses tópicos, nem apresenta textos ou materiais complementares acerca das temáticas pontuadas. No decorrer do capítulo, há duas sugestões de materiais complementares: um artigo sobre a urbanização de Cuiabá³², e um vídeo acompanhado de uma matéria³³ que aborda a importância da população negra na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Embora relevantes, esses materiais não estabelecem uma conexão direta com os tópicos específicos sugeridos inicialmente, deixando lacunas no desenvolvimento das discussões propostas.

³² O artigo sugerido é “O Processo de Expansão Urbana de Cuiabá – Mato Grosso, Brasil da autora Laura Cristina da Silva Vasconcelos. Não consta o link no material.

³³ “Vila Bela da Santíssima Trindade 1.wmv” <<https://www.youtube.com/watch?v=6plixDU3bIU>> Acesso em 04/06; “Vila Bela da Santíssima Trindade preserva cultura herdada de quilombo” <<https://www.expressaonoticias.com.br/vila-bela-da-santissima-trindade-preserva-cultura-herdada-de-quilombo/>> Acesso em 04 jul. 2024.

No Caderno 1, nas Unidades 2 (“A Grande Guerra”) e 3 (“A Revolução Russa”), não há sugestões relacionadas à história de Mato Grosso.

Já na Unidade 4, intitulada “Capitalismo e Democracia em Crise”, o capítulo aborda os regimes totalitários. O texto propõe que o professor discuta com os estudantes a existência de grupos que, na atualidade, são conhecidos como neonazistas, os quais propagam discurso de ódio contra negros, imigrantes e outros grupos considerados inferiores. O material inclui o link³⁴ para uma reportagem que apresenta dados sobre a presença desses grupos supremacistas em Mato Grosso (2021, p. 68).

O objetivo dessa discussão é capacitar os alunos a desenvolverem a habilidade de associar eventos históricos de diferentes épocas, identificando elementos comuns que devem ser analisados à luz do contexto histórico. A análise comparativa deve evidenciar as características específicas de cada período, evitando tanto o anacronismo quanto o presentismo. Nesse sentido, os alunos são incentivados a demonstrar discernimento em relação às atitudes discutidas, reconhecendo que a atribuição de culpa com base em critérios étnicos e/ou raciais não possui fundamento e está atrelada a discursos de ódio que buscam desqualificar adversários, desestabilizar sociedades, estigmatizar grupos sociais e criar desequilíbrios sociais para impor projetos autoritários. Além disso, a seção oferece uma oportunidade para que os estudantes valorizem práticas que priorizem o uso de fontes confiáveis e a importância do respeito ao próximo, promovendo uma postura crítica e ética (2021, p. 70).

A unidade destaca a relevância de discutir regimes totalitários e a presença de grupos neonazistas na sociedade contemporânea. A proposta educacional busca levar os alunos a refletirem sobre a persistência de discursos de ódio e a necessidade de uma análise crítica e histórica desses fenômenos. O texto sugere uma abordagem que conecta eventos históricos a situações contemporâneas, permitindo que os alunos identifiquem a continuidade de certos comportamentos e compreendam como o passado influencia o presente. No entanto, a proposta poderia incluir sugestões mais específicas de metodologias e atividades didáticas que auxiliem os professores a

³⁴ Pesquisadora aponta existência de grupo nazista em Mato Grosso:
<<https://odocumento.com.br/pesquisadora-aponta-existencia-de-grupo-nazista-em-mato-grosso/>>.
Acesso em: 05 jul. 2024.

abordar esses temas de forma prática e eficaz em sala de aula. Embora a inclusão de um link para uma reportagem seja relevante, sua utilização poderia ser potencializada com orientações sobre como integrá-la ao conteúdo didático, promovendo reflexões mais profundas e contextualizadas.

No Caderno 2, na unidade 1 “A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)”, o texto disponibiliza uma matéria³⁵ que contém uma lista de soldados mato-grossenses que fizeram parte das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) e morreram durante os combates da Segunda Guerra Mundial. Além disso, indica outra reportagem que relata³⁶ o depoimento de um soldado de Mato Grosso do Sul (que, à época, fazia parte do território de Mato Grosso) que sobreviveu à guerra.

No campo econômico, o texto evidencia que a área de Mato Grosso, que abriga parte da Floresta Amazônica, vinha sendo explorada por seringueiros desde o século XIX. Durante a Segunda Guerra Mundial, essa exploração foi intensificada, resultando em aumento do fluxo migratório para o estado. Os chamados “soldados da borracha” ganharam destaque no período pós-guerra, contribuindo para a organização da atividade extrativista. Após a década de 1970, a região iniciou o cultivo de seringueis, abandonando a exploração das seringueiras nativas. Como material complementar, há indicação de uma matéria³⁷ sobre a situação dos seringueiros na reserva extrativista de Mato Grosso (2021, p. 11).

O texto abrange três aspectos principais: a participação de soldados mato-grossenses na Segunda Guerra Mundial, a exploração da borracha na região amazônica de Mato Grosso, e o avanço dessa atividade ao longo do tempo. Esses temas são relevantes para compreender a história de Mato Grosso e sua conexão com eventos globais. No entanto, a abordagem poderia ser mais detalhada e analítica. A inclusão de mais contexto histórico mais amplo, informações sobre as condições de vida e trabalho dos seringueiros, e uma análise minuciosa das políticas públicas relacionadas à extração e ao cultivo da borracha ampliaria o valor do material. Esses elementos possibilitariam uma compreensão mais crítica e contextualizada dos impactos sociais, econômicos e ambientais dessa atividade no estado.

³⁵ A Presença e os Mortos de Mato Grosso na Força Expedicionária Brasileira (FEB) Na Itália, na 2ª Guerra Mundial: <<http://www.ahimtb.org.br/mortosmt2gm.htm>> Acesso em: 05 jul. 2024.

³⁶ Veteranos da 2ª Guerra Mundial relembram conflito no dia em que desembarque completa 75 anos: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/07/16/veteranos-da-2a-guerra-mundial-relembra-conflito-no-dia-em-que-desembarque-completa-75-anos.ghtml>> Acesso em: 05 jul. 2024.

³⁷ Disponível em: <<http://www.mapasocialmt.org.br/Grupo/12/>> Acesso em: 05 jul. 2024.

No Caderno 2, na Unidade 2 “A Era Vargas (1930-1945)”, o material sugere que o professor aborde a questão afro-brasileira durante a República, destacando que o principal desafio da população negra nesse período foi lutar contra o racismo e a desigualdade. Esse contexto decorre de um processo abolicionista que não garantiu acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, moradia e trabalho (2021, p. 28). É importante que o professor leve essa discussão para a sala de aula, uma vez que a afirmação de que o principal desafio da população negra durante a República foi lutar contra o racismo e a desigualdade é fundamental para compreender a história social do Brasil. No entanto, é crucial contextualizar essa luta em uma análise mais ampla, considerando as políticas públicas, os movimentos de resistência e as continuidades e rupturas históricas.

A luta por direitos básicos tem sido uma constante na história da população negra no Brasil. Uma abordagem crítica deve buscar entender as raízes profundas dessas desigualdades, bem como as diversas formas de resistência e superação ao longo do tempo. Incorporar essa questão ao material do aluno, utilizando dados, exemplos, entrevistas e outras abordagens metodológicas, seria essencial para uma discussão mais rica, indo além de uma nota superficial no manual do professor. Embora o professor possa buscar e complementar o tema, um bom material didático deveria fornecer esses recursos, dada a relevância do tema.

No Caderno 2, nas Unidades 3 (“A Guerra Fria”) e 4 (“A Descolonização da África”), bem como no Caderno 3, em todas as unidades (“Populismo no Brasil”, “Tensões e Conflitos na América Latina no Século XX”, “Ditadura Civil-Militar no Brasil” e “Redemocratização do Brasil”), não são apresentados aspectos relacionados à história de Mato Grosso.

Já no Caderno 4, na Unidade 1 “O fim da Guerra Fria”, o capítulo faz uma discussão acerca das consequências da globalização, destacando o aumento do desemprego e a falta de oportunidades. É solicitado que o professor aponte aos alunos que a taxa de desemprego no estado de Mato Grosso é a segunda menor do Brasil³⁸ (2021, p. 10). Ainda no contexto das consequências da globalização, é feita uma discussão sobre a vacinação em países ricos e pobres, apresentado dados³⁹

³⁸ Fonte disponibilizada no material <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/02/24/mt-tem-a-segunda-menor-taxa-de-desemprego-do-pais-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: 05 jul. 2024.

³⁹ Fonte disponibilizada no material <<http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/>> Acesso em: 05 jul. 2024.

sobre a vacinação em Mato Grosso durante a pandemia da Covid 19 (2021, p. 11). A abordagem oferece uma contextualização crítica dos efeitos da globalização em níveis global e local. Entretanto, é fundamental que a discussão em sala de aula não se limite a apontar dados estatísticos, mas explore também as causas e consequências desses números. A contextualização dos dados, associada a discussões críticas e reflexivas, é essencial para considerar as múltiplas dimensões dessas questões.

No Caderno 4, nas Unidades 2 (“O Brasil Pós-1990 e Seus Desafios Globais”) e 3 (“O Mundo no Século XXI: Principais Questões”), não há menções a fatos ou aspectos relacionados ao estado de Mato Grosso.

3. O LIVRO DIDÁTICO E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

No texto “O livro didático ideal”, o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2011) discute os diversos critérios e características que um livro didático deve possuir para ser considerado ideal, atendendo de maneira eficaz às necessidades do ensino de História. Na perspectiva do autor, há um consenso entre especialistas de que o livro didático é a ferramenta mais importante no ensino de história. Isso faz com que ele passe por criteriosos processos de inspeção e autorização por parte do Ministério da Cultura, garantindo sua qualidade (2011, p. 109).

Para os historiadores, essa exigência não é diferente. É fundamental que o material didático atenda às demandas atuais que permeiam a historiografia de forma crítica e satisfatória. De acordo com o autor:

Na medida em que são conscientes de que o saber histórico tem, e até que ponto uma função de orientação cultural na vida de sua sociedade e que o cumprimento dessa função é em si mesmo um exercício do trabalho histórico científico profissional (facilitado por meio da heurística da investigação), esta não pode deixá-los indiferentes sobre qual aplicação se faz dos conhecimentos históricos nos livros didáticos de história. Finalmente, como contemporâneos interessados na política e, frequentemente, como pessoas comprometidas com ela, interessam-se pelo livro didático porque estão sempre envolvidas nele, também, mensagens políticas, pois o ensino de história é uma das instâncias mais importantes para a formação política. Naturalmente, os que estão mais interessados nos livros didáticos e os que mais intensamente se ocupam deles são os próprios professores e professoras, e posto que a eles tenha correspondido até o momento uma participação mínima, seria muito útil sua colaboração em um debate especializado e aberto sobre os livros didáticos de história (Rüsen, 2011, p. 110).

Como discutido no primeiro capítulo desta dissertação e em consonância com o pensamento de Rüsen (2011), a história do ensino de História comprova, por si só, o caráter político inerente à disciplina na formação de uma sociedade. Um profissional da educação, consciente do papel do conhecimento histórico, deve se interessar pela forma com que esses conhecimentos são apresentados nos livros didáticos, considerando que essa ferramenta desempenha um papel central no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, é comum que este direito não seja concedido a muitos profissionais. Em diversas realidades escolares, até mesmo o direito de escolha dos livros que irão auxiliá-los ao longo do ano letivo é restringido. Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas voltadas para a análise de livros didáticos são de extrema relevância, pois demonstram que esses materiais são alvo de interesse e que educadores estão presentes ativamente nos debates que envolvem essa ferramenta.

A colaboração entre historiadores e professores emerge como um meio fundamental de garantir que os livros didáticos cumpram sua função de maneira eficaz e responsável, atendendo às demandas do ensino de História de forma crítica e consciente.

Em contrapartida, Rüsen (2011) infere uma problemática relevante acerca dessa discussão. Segundo o autor, “quase não existe investigação empírica sobre o uso e o papel que os livros didáticos desempenham verdadeiramente no processo de aprendizagem em sala de aula” (2011, p. 111). Essa ausência de pesquisa empírica traz várias implicações, pois, sem uma compreensão clara de como os materiais didáticos são utilizados na prática, torna-se difícil avaliar e identificar as lacunas necessárias para a sua melhoria. Pesquisas nesse campo podem fornecer entendimentos valiosos sobre práticas pedagógicas, auxiliando no desenvolvimento de materiais mais eficazes e, por conseguinte, na melhoria dos resultados educacionais.

Rüsen (2011) também aponta que a falta de investigação empírica dificulta a formulação de um conceito sólido e fundamentado sobre como deve ser um bom livro didático de história. Assim, torna-se essencial promover esse tipo de investigação para construir uma compreensão mais prática e precisa de como esses materiais podem melhor atender ao ensino de história. Para uma análise eficaz, o autor sublinha alguns critérios normativos relacionados à aprendizagem histórica. Nesse sentido, aplica-se a avaliação da consciência histórica dos alunos, que Rüsen (2011) conceitua como “[...] ao mesmo tempo o campo de ação e o objetivo da aprendizagem histórica” (2011, p. 112). Ele ainda resume que:

[...] a consciência histórica pode ser descrita como a atividade mental da memória histórica, que tem sua representação em uma interpretação da experiência do passado encaminhada de maneira a compreender as atuais condições de vida e a desenvolver perspectivas de futuro na vida prática conforme a experiência. O modo mental deste potencial de recordação é o relato da história (relatar não no sentido de entender uma mera descrição, mas no sentido de uma forma de saber e de entendimento antropológicamente universais e fundamentais) (Rüsen, 2011, p. 112).

Com base na compreensão de Rüsen (2011), a consciência histórica não se resume à descrição factual do passado; trata-se de uma forma de saber, um entendimento profundamente enraizado na condição humana. Por meio do relato histórico, é possível construir um entendimento significativo do passado que influencia as ações e decisões presentes e futuras. Esse relato é universal e fundamental para

a compreensão antropológica, indicando que as distintas culturas e sociedades dependem dessa narrativa. Em suma, a consciência histórica envolve uma interação dinâmica entre o passado, o presente e o futuro, sendo crucial para a formação de identidades e a orientação da ação humana. Dessa forma, a aprendizagem da história é indispensável para o desenvolvimento significativo da consciência histórica.

Para esse propósito, o autor aplica o conceito de competência narrativa, que pode ser definido como a “[...] faculdade de representar o passado de maneira tão clara e descritiva que a atualidade se converte em algo compreensível e a própria experiência de vida adquire perspectivas de futuro sólidas” (2011, p. 113). Essa competência narrativa pode ser desdobrada em três dimensões, descritas pelo autor como: “a competência perceptiva ou embasada na experiência; a competência interpretativa e uma competência de orientação” (2011, p. 114). A competência perceptiva refere-se à habilidade de perceber o passado como algo distinto, reconhecendo sua alteridade histórica. Isso significa compreender o passado a partir do horizonte de experiências do presente, identificando-o como um conjunto de ruínas e tradições. Em outras palavras, trata-se da capacidade de reconhecer e interpretar os vestígios do passado e a sua relevância histórica. Já a competência interpretativa consiste na capacidade de interpretar o passado e relacioná-lo com a realidade atual, criando conexões significativas. Nesse contexto, a História é entendida como a manifestação máxima dessa interação, permitindo que o passado seja compreendido como parte integrante do presente. Por fim, a competência de orientação diz respeito à capacidade de integrar a História como uma construção de sentido que influencia a própria experiência de vida. Essa competência permite que o conhecimento histórico seja aplicado de maneira reflexiva, orientando decisões e ações futuras.

Rüsen (2011) destaca que, embora essas competências sejam conceitualmente distintas, elas operam de forma interdependente na consciência histórica, sobrepondo-se continuamente. À luz dessa dinâmica, o autor sugere que é possível identificar as qualidades necessárias que um livro didático deve possuir para cumprir sua função de guia no processo de aprendizagem histórica em sala de aula. Ele propõe, então, as finalidades didáticas do livro de história, bem como a estratégia para a análise histórica e didática desse material. A partir deste ponto, serão analisados os aspectos pontuados pelo autor que caracterizam essa estratégia.

3.1 O “livro didático ideal”

Jörn Rüsen (2011) reflete sobre os atributos essenciais que distinguem um bom livro didático no contexto do ensino de história. Ele ressalta que, independentemente das dimensões específicas de aprendizagem histórica, um bom livro deve possuir características que o tornem uma ferramenta eficaz para guiar a aula. Segundo o autor, as quatro características principais são: “um formato claro e estruturado, uma estrutura didática clara, uma relação produtiva com o aluno e uma relação com a prática da aula” (2011, p. 115).

Um formato claro e estruturado refere-se à aparência externa do livro. Um modelo bem organizado e simples facilita a navegação e a compreensão dos materiais apresentados. Elementos como títulos, índices, glossários, bibliografias e indicações adicionais desempenham um papel essencial para orientar e aprofundar os temas abordados. A estrutura didática indica que o formato do livro e a organização dos materiais devem ser transparentes, permitindo que os alunos compreendam as intenções pedagógicas. Além disso, deve destacar os pontos mais importantes do conteúdo e os conceitos metodológicos de ensino. Uma relação produtiva com o aluno implica que o livro didático seja elaborado considerando a capacidade de competir com outras formas de mídia e atendendo às demandas da geração que consome o material. O livro precisa se conectar com as experiências e expectativas dos alunos, refletindo situações pertinentes à sua realidade cotidiana.

Considerando que os alunos possuem uma sensibilidade especial para problemas contemporâneos, é essencial estabelecer uma relação clara entre as interpretações históricas no livro e as questões atuais, pois isso aumenta o valor educacional do material. A escolha dos conteúdos históricos deve considerar o quanto eles contribuem para a compreensão do presente. É igualmente importante aproveitar o potencial de encantamento que a experiência histórica tem para tornar o aprendizado mais interessante. Para isso, o livro deve estabelecer uma boa relação com os alunos, dirigindo-se a eles de forma explícita. Um exemplo disso é justificar a seleção de temas e explicar as perspectivas de interpretações, o que ajuda os alunos a compreenderem e valorizarem o conteúdo apresentado.

Por fim, considerando a quarta característica, “uma relação com a prática da aula”, Jörn Rüsen (2011) argumenta que um livro didático deve ser mais do que uma mera exposição de fatos históricos; ele precisa ser uma ferramenta de trabalho que

estímule a atividade e a produção intelectual dos alunos. Nesse sentido, o material deve promover competências como a capacidade de julgar, argumentar, criticar e interpretar. Para desenvolver a consciência histórica, o livro precisa permitir que os alunos participem ativamente, deixando de ser sujeitos passivos no processo. O material também deve incluir documentos históricos, promovendo a interpretação desses registros; materiais complementares que ajudem os alunos a verificar e desenvolver suas próprias interpretações históricas oferecidas; ser claro, preciso, coerente, e aproveitar todo o conteúdo disponível, com uma função didática e metodológica clara. Além disso, o livro deve evitar perguntas sugestivas, pois estas limitam a autonomia dos alunos, assim como sua capacidade de pensar criticamente e argumentar por conta própria.

Para Rüsen (2011), há três características essenciais que determinam a utilidade de um livro didático para a percepção histórica: “a maneira em que se apresentam os materiais; a pluridimensionalidade em que se apresentam os conteúdos históricos e a pluriperspectividade da apresentação histórica” (2011, p. 119). Segundo o autor, o processo de aprendizagem histórica envolve também uma percepção sensorial, especialmente para crianças e jovens. Ele tece uma crítica à metodologia de ensino tradicional que muitas vezes se concentra excessivamente em raciocínios históricos abstratos, negligenciando a dimensão dos sentidos e da experiência histórica. Cabe ao livro didático incitar essas percepções.

O uso de imagens, mapas, esboços e textos é essencial nesse processo. As imagens não devem se limitar ao modelo ilustrativo; elas devem estimular interpretações e comparações, ajudar os alunos a compreenderem a singularidade do passado em comparação com o presente. De forma semelhante às imagens, os mapas e esboços precisam fazer sentido aos alunos, ilustrando a dimensão dos processos históricos e levando-os a entender os fenômenos histórico-sociais dentro de um contexto temporal. Já os textos históricos precisam transmitir experiências históricas de forma clara e detalhada. Para isso, é necessário que sejam atrativos, induzir questionamentos e permitam interpretações.

O segundo tópico refere-se à pluralidade da experiência histórica, que destaca as nuances e complexidades envolvidas na construção de um livro didático de história ideal. Essa análise pode ser dividida em duas dimensões principais: a estrutura sincrônica e diacrônica da experiência histórica. A primeira refere-se aos âmbitos de experiência que ocorreram simultaneamente em um determinado período,

abrangendo economia, sociedade, política e cultura. Rüsen (2011) enfatiza que o cotidiano e as experiências individuais das pessoas afetadas por eventos históricos específicos são parte integrante da dimensão cultural. Dessa forma, um livro didático deve incorporar essas experiências para oferecer uma visão ampla da história. Por outro lado, a dimensão diacrônica trata das mudanças que ocorrem ao longo do tempo, estabelecendo uma diferença entre mudanças de longo prazo nas estruturas de ação e mudanças de curto prazo nos eventos. Ambas as dimensões estão inter-relacionadas e devem ser abordadas de maneira integrada no ensino de história.

Por último, a pluriperspectividade aborda a importância de apresentar uma experiência histórica a partir de várias perspectivas, destacando que o mesmo evento pode ser percebido de maneiras diferentes — e até mesmo contraditórias — pelas pessoas que foram afetadas. Essa multiplicidade de visões deve ser evidenciada para os alunos. Portanto, é necessária uma abordagem pedagógica da história que valorize a multiplicidade de perspectivas, desconstrua a falsa objetividade e incentive a interpretação ativa e a argumentação crítica dos alunos.

No texto “O livro didático ideal”, Rüsen (2011) também discute a importância da interpretação na construção da consciência histórica e como esse aspecto deve ser incorporado em um livro didático. Nas palavras do autor:

[...] as interpretações devem se corresponder com as normas da ciência histórica; nelas devem se exercer as capacidades metodológicas; têm que ilustrar o caráter de processo e da perspectividade da história e, finalmente, na exposição histórica do próprio livro devem ficar claras as condições linguísticas decisivas para sua força de convicção (Rüsen, 2011, p. 122).

Desdobremos os tópicos apresentados: em um primeiro momento Rüsen (2011) examina a relação entre a produção de livros didáticos de história e as normas científicas da disciplina histórica. Ele destaca que, embora um livro didático de história deva estar em conformidade com as normas científicas da disciplina, ele não precisa necessariamente conjecturar sobre o estado atual do conhecimento histórico determinado pela ciência em um momento específico. O autor sugere que uma investigação histórica deve ser utilizada como um meio para atingir os objetivos didáticos do livro. Embora o livro didático deva ser flexível, ele também está sujeito ao estado da pesquisa histórica como uma instância de veto. Isso significa que o livro não pode conter erros factuais e deve evitar interpretações que contradigam o consenso científico. Além disso, o livro didático de história deve estar alinhado com

os princípios metodológicos da história, porém em um nível mais acessível e didático ao ensino.

Rüsen (2011) argumenta que os livros didáticos devem apresentar a história como um processo contínuo, em vez de imagens estáticas ou eventos isolados. É igualmente importante que os alunos compreendam que a história é interpretada de diferentes maneiras e que essas interpretações são influenciadas pelo contexto presente. O autor menciona o conceito de "pluriperspectividade", que se refere à existência de múltiplas perspectivas sobre eventos históricos. Os livros didáticos devem expor essas diferentes interpretações, permitindo que os alunos comparem e analisem. Por fim, os textos dos autores devem ser elaborados de forma a possibilitar tanto a compreensão quanto a aplicação dos aspectos da interpretação histórica. Para isso, é necessário que sejam claros e transmitam a percepção e a experiência histórica.

Rüsen (2011) reflete sobre a pergunta "Por que é necessário aprender a história?", considerando-a um desafio constante no ensino da disciplina. Para o autor, esse questionamento não deve ser uma reflexão ocasional, mas sim uma parte integrante do processo educativo. Nesse sentido, ele argumenta que:

Um bom livro didático também estimula: — estabelecendo uma relação entre sua própria perspectiva global e o ponto de vista presente dos alunos e alunas e mencionando os problemas relacionados com o próprio conceito da história e a integração com o próprio presente; — introduzindo os alunos no processo de formação de uma opinião histórica, e — trabalhando com referências ao presente (Rüsen, 2011, p. 125).

Para isso, o autor explora as perspectivas globais que envolvem o livro didático. Ele considera que esses materiais têm uma função de orientação prática na exposição histórica, e que, tradicionalmente, isso se faz evitando abordagens eurocêntricas ou perspectivas nacionalistas. A ausência dessa prática pode impactar a construção da identidade histórica dos alunos, tornando-se essencial que a estrutura e a dimensão da identidade histórica sejam temas centrais nos livros didáticos. Isso permite que os alunos reflitam sobre o papel da interpretação histórica na formação da compreensão que têm de si mesmos e do presente. Sob essa perspectiva, o livro didático, em vez de apenas orientar sobre temas históricos, deve conectar esses temas com a construção da identidade dos alunos.

Outra reflexão apresentada por Rüsen (2011) refere-se ao juízo histórico nos livros didáticos. Ele critica o fato de muitos materiais evitarem fazer julgamentos

históricos explícitos para manter uma aparência de imparcialidade, o que acaba privando os alunos de uma oportunidade valiosa de aprendizagem. O autor defende que é mais pedagógico problematizar essas questões, apresentando e discutindo diferentes interpretações e valores associados aos eventos históricos. Os juízos de valor não devem ser tratados como independentes dos fatos históricos, mas sim integrados a um processo de interpretação metodológica que considere o contexto e as percepções dos indivíduos afetados pelos eventos.

Outra abordagem explorada pelo autor envolve a importância das referências ao presente na aprendizagem histórica. O texto destaca que, para que a aprendizagem histórica seja eficaz, deve sempre se conectar ao presente, relacionando o passado à realidade atual. Dessa forma, os alunos podem aplicar o conhecimento histórico de maneira significativa. Um livro didático bem estruturado deve ajudar os estudantes a desenvolverem uma competência de orientação, evitando tanto o objetivismo quanto o falso presentismo.

Rüsen (2011) conclui que os livros didáticos devem considerar que os alunos têm um futuro que será impactado pela consciência histórica que se desenvolve. Evidentemente, quando o material é projetado com essa perspectiva, ele contribui para que os alunos adquiram uma compreensão crítica da história, encorajando-os a questionar narrativas estabelecidas, considerar diferentes perspectivas e compreender as complexidades que permeiam o conhecimento histórico.

3.2 “O livro didático ideal” e o material didático estruturado

Propomos, então, refletir sobre o material didático estruturado de Mato Grosso a partir dos parâmetros do “livro didático ideal” elencados por Rüsen (2011) e percorridos ao longo deste terceiro capítulo. Entre esses parâmetros, destaca-se a necessidade de que um bom livro didático apresente uma narrativa coerente e cronologicamente estruturada, com vistas a evitar erros factuais e anacronismos. Além disso, é fundamental incluir múltiplas perspectivas, oferecendo espaço a diferentes grupos sociais, culturais e étnicos, e proporcionando uma visão ampla e inclusiva da história. Essa abordagem é essencial para a valorização de diferentes culturas, de modo que os estudantes vejam suas identidades e histórias contempladas no currículo escolar, promovendo um senso de pertencimento. O ambiente escolar também deve desempenhar um papel ativo no combate de preconceitos e

estereótipos. Nesse sentido, os materiais didáticos possuem uma função crucial ao apresentar uma visão mais completa das contribuições e experiências de diversos grupos ao longo da história.

Com base nesse contexto, um dos critérios de análise desta dissertação é a representação das minorias étnicas no material didático estruturado, essencialmente no âmbito da história local. Considere-se que, embora o material didático tenha buscado incluir esses sujeitos históricos, em especial indígenas e negros, o espaço dedicado a esses grupos foi limitado, especialmente considerando a riqueza étnica e cultural presente em Mato Grosso. Isso é ainda mais evidente ao avaliarmos que o espaço destinado à história local já é reduzido ao material do professor. Em grande parte, a inclusão desses grupos ocorre apenas nas sugestões de materiais complementares, muitos dos quais consistem em artigos acadêmicos cuja linguagem não é acessível ao público do ensino fundamental.

O material estruturado busca seguir uma narrativa que aborda os conteúdos de forma sistemática e sequencial, em conformidade com as diretrizes estaduais. A inclusão da história de Mato Grosso visa valorizar a identidade regional, aspecto essencial para a preservação da memória coletiva da comunidade que os estudantes estão inseridos. Rüsen (2011) ressalta a importância de conectar os alunos a situações relacionadas à sua realidade. A história local, além de promover a valorização da identidade regional, possibilita estabelecer conexões entre o local e o global, auxiliando na compreensão de eventos históricos mais amplos. Sem dúvida, um material didático que propõe enfatizar a história local é muito mais significativo no âmbito do ensino de história.

O material do 6º ano integra elementos da cultura local mato-grossense. Exemplos disso incluem a exploração da viola de cocho e do ritual Yaokwa, que promovem um entendimento mais rico e diversificado da história de Mato Grosso, valorizando diferentes manifestações culturais. A proposta de criação de uma linha do tempo da história do estado incentiva a participação ativa dos alunos no processo de aprendizado. O texto também encoraja atividades voltadas ao uso de diversas fontes históricas, incluindo visuais, materiais, escritas e orais, o que é essencial para o desenvolvimento de habilidades críticas nos alunos. Rüsen (2011) enfatiza que o uso de fontes variadas para enriquecer a compreensão histórica.

Entretanto, o material não apresenta orientações detalhadas sobre como os alunos devem interpretar e analisar essas fontes históricas. Além disso, a parte

destinada às sociedades antigas e contemporâneas poderia ser aprimorada com mais informações e contextualizações. Rüsen (2011) nos chama a atenção para a importância de um entendimento histórico contextualizado. A proposta de comparar a educação e a democracia na Grécia Antiga com o contexto atual de Mato Grosso, assim como a inclusão de figuras históricas locais e a discussão sobre a relevância dos rios, são exemplos dessa tentativa de contextualização. Contudo, a ausência de fontes adequadas e a abordagem por vezes superficial, como no caso das menções à hidrografia de Mato Grosso, pode comprometer a efetividade dessa contextualização.

Com relação à estrutura didática, é essencial que o material estimule o senso crítico, contenha metodologias de ensino que promovam a compreensão e o engajamento dos alunos, incentivando-os a analisar, questionar e interpretar eventos históricos, além de estabelecer conexões com a realidade. Rüsen (2011) destaca a importância de uma metodologia que permite uma aprendizagem significativa e profunda. Entretanto, o formato escolhido para a abordagem da história resulta em uma dependência excessiva da intermediação do professor para fornecer informações, o que limita o acesso dos alunos a conteúdos essenciais. Como suporte didático, é importante incluir recursos visuais, como mapas e gráficos. Embora o material do aluno cumpra esse requisito em relação aos conteúdos gerais, o cuidado de suporte didático não diz respeito à história local, restringindo-se ao manual do professor.

No caso do 7º ano, há uma preocupação em destacar a diversidade de povos e culturas que habitaram a América no século XVI, mencionando especificamente os indígenas de Mato Grosso, os Enawene-nawe, e correlacionando-os com os Incas. Rüsen (2011) argumenta que os livros didáticos devem promover habilidades críticas e reflexivas. No entanto, a análise do texto revela uma lacuna nesse aspecto: a falta de exemplos concretos sobre os hábitos e a relação com a natureza entre os Incas e os Enawene-nawe limita a capacidade dos alunos de desenvolverem uma análise comparativa crítica. Outro ponto enfatizado pelo autor é a importância de uma apresentação clara e estruturada dos conteúdos apresentados no livro didático. No texto analisado, embora a proposta de traçar um paralelo entre os hábitos e a relação com a natureza dos Incas e dos Enawene-nawe seja interessante, a ausência de detalhes específicos e exemplos concretos compromete a clareza. Evidentemente, o professor, sem diretrizes claras, pode enfrentar dificuldades para executar essa

proposta. Um bom livro didático precisa fornecer exemplos práticos e bem delineados para facilitar a aplicação em sala de aula e a compreensão dos estudantes. Deve também ser adequado ao público-alvo, considerando suas necessidades e contextos específicos. A estrutura limitada do material didático apresenta um desafio adicional para os professores: buscar informações em outras fontes devido à falta de exemplos e detalhes específicos no conteúdo fornecido. Um material ideal deveria ser autossuficiente, oferecendo todos os recursos necessários para o professor e os alunos.

Alguns pontos positivos apresentados no material do 7º ano incluem a abordagem sobre a evolução territorial e política da região mato-grossense. Os temas relacionados à economia açucareira, ao tropeirismo e à pecuária conectam os estudantes à história econômica e social da localidade. Além disso, a referência ao Museu de Arte Sacra e à influência barroca ajuda a conectar os alunos com exemplos concretos do patrimônio cultural brasileiro; O material também apresenta o contexto histórico da colonização e a presença jesuítica em Mato Grosso. Entretanto, perde-se a oportunidade de problematizar algumas questões no contexto do mundo contemporâneo, como os efeitos do movimento bandeirante nas populações indígenas locais, frequentemente devastadas pela violência e escravização, e as questões econômicas que envolvem o agronegócio e sua relação com o meio ambiente. Rüsen (2011) destaca a importância de explorar o potencial dos alunos para discutir temas atuais, algo que poderia ser mais bem trabalhado.

No que se refere ao material do 8º ano, são abordadas temáticas relevantes, como a economia de Mato Grosso no período colonial, a conexão de eventos globais com o contexto local, a resistência indígena e quilombola, e o impacto da Guerra do Paraguai. O material também traçou paralelos entre ideias filosóficas e eventos históricos. Considerando alguns parâmetros discutidos por Rüsen (2011), um livro didático ideal precisa, em outras palavras, ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão crítica dos eventos históricos, apresentar múltiplas perspectivas, incluir documentos históricos e dar espaço a diferentes narrativas, evitando uma visão unilateral. Nessa perspectiva, o material atende parcialmente a esses critérios, embora necessite de alguns aprimoramentos. Por exemplo, seria interessante aprofundar algumas análises apresentadas de modo superficial, incluir mais fontes primárias relacionadas aos eventos da história local, oferecer uma segmentação temporal mais específica e estimular reflexões críticas mais profundas.

O conteúdo correspondente ao 9º ano aborda especialmente a história contemporânea e a história do Brasil. O texto tem mérito ao apresentar a discussão de grupos neonazistas contemporâneos em paralelo com regimes totalitários históricos, o que está alinhado com a ideia de Rüsen (2011) de utilizar a história como ferramenta para entender e criticar fenômenos atuais. Além disso, destaca-se a contribuição dos soldados de Mato Grosso e a importância econômica da região durante a Segunda Guerra Mundial; discute a questão afro-brasileira e os desafios enfrentados pela população negra durante a República; alerta sobre as consequências da globalização; e oferece dados sobre a taxa de desemprego e a vacinação em Mato Grosso, entre outros conteúdos.

Entretanto, assim como os cadernos analisados anteriormente, a abordagem superficial e a falta de detalhamento sobre como trabalhar os tópicos específicos enfraquecem sua aplicação prática. Afinal, um livro didático ideal, segundo Rüsen (2011), precisa oferecer diretrizes claras e estruturadas para que os professores possam desenvolver atividades que alcancem os objetivos propostos. Ele não deve se resumir a conteúdos informativos, mas sim promover uma educação histórica reflexiva.

Portanto, consideramos que os textos avaliados apresentam qualidades alinhadas com os critérios de Rusen (2011) para um livro didático ideal, como a relevância dos conteúdos voltados à História Local, que conectam os eventos históricos à realidade dos alunos. No entanto, há áreas que poderiam ser aprimoradas, especialmente em termos de integração de diversas perspectivas históricas e na promoção do pensamento crítico. A inclusão de materiais visuais e uma abordagem mais detalhada da história de Mato Grosso em vários conteúdos enriqueceria o material. Essas melhorias contribuiriam para a criar um material didático único, crítico e de alta qualidade, proporcionando aos alunos uma compreensão mais rica e completa da história brasileira e regional.

Em suma, o material analisado apresenta boas intenções ao buscar integrar a História de Mato Grosso, mas não atende integralmente aos critérios do "livro didático" ideal proposto por Rüsen (2011). Faltam clareza, contextualização detalhada, promoção de habilidades críticas e reflexivas e, principalmente, adequação ao público-alvo. A ausência de sugestões específicas de metodologias e atividades didáticas representa uma falha significativa. Segundo Rüsen (2011), um livro didático deve facilitar a aplicação prática do conteúdo em sala de aula, fornecendo ferramentas

e estratégias pedagógicas concretas. Nesse sentido, para ser considerado ideal, o material deveria ser mais detalhado, oferecer exemplos práticos, incluir mais atividades que incentivem a reflexão crítica dos alunos e apresentar melhores sugestões de aplicação didática para os professores. Dessa forma, seria possível alcançar maior coerência pedagógica e garantir uma aplicação prática em conformidade com os documentos normativos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em analisar o material didático estruturado surgiu em meio a um aparato de críticas direcionadas a essa ferramenta pedagógica tão controversa. Como professora contratada da rede estadual de Mato Grosso há quatro anos, trabalhei em diversas escolas e, em todas elas, ouvi desabafos constantes de colegas de profissão. Muitos confessaram ter dificuldades na utilização do material, que, por sua vez apresentava numerosos erros conceituais e didáticos, não atendia às demandas dos alunos, continha atividades incoerentes com os textos apresentados ao longo dos capítulos e apresentava uma má distribuição dos conteúdos, entre outras falhas. Era evidente que muitos profissionais utilizavam as apostilas apenas por obrigação, sob pressão por parte da SEDUC/MT, que mantinha vigilância constante nas escolas para garantir que os professores ministrassem aulas utilizando os instrumentos que compunham o Sistema Estruturado de Ensino. As mesmas críticas foram apresentadas nos debates durante as aulas do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), onde colegas de profissão frequentemente expressavam sua frustração com a obrigatoriedade de utilizar esse material. Paralelamente, as propagandas do governo estadual em torno do SEE emergiam nas mídias sociais.

O material didático estruturado foi idealizado pelo governo do estado como um investimento que revolucionaria o ensino básico em Mato Grosso, elevando-o ao nível das escolas privadas e substituindo com maestria os livros do PNLD, que a SEDUC/MT, representada pela figura do secretário de educação Alan Porto, considerava insuficientes. Afinal, seriam apostilas forjadas a partir das necessidades das escolas de Mato Grosso, conforme seus documentos e normas, possibilitando algo que não era viável nos livros do PNLD: abordar com ênfase a história de Mato Grosso. Naquele momento, cheguei à conclusão que seria necessário discutir sobre aquele material – e decidi fazê-lo.

Motivada por esse propósito, propus responder à questão que se encontra subentendida no título desta dissertação: Qual o lugar da História Local no material didático estruturado? Iniciamos, então, refletindo sobre o percurso do ensino de história ao longo dos séculos, ressaltando como este processo se entrelaçou com as transformações político-sociais. A transição da moral religiosa para uma educação cívica e a chegada das ideias da Escola Nova ao Brasil, impulsionadas por figuras como John Dewey (Estados Unidos) e Anísio Teixeira (Brasil), marcaram um período

de renovação pedagógica que enfatizou a criticidade e a autonomia dos estudantes.

Entretanto, o contraste entre a educação destinada às elites e às camadas populares expôs uma disparidade que ainda reverbera no sistema educacional brasileiro. A tentativa de implementar um ensino mais progressista, com Paulo Freire, e a adoção da pedagogia tecnicista durante a Ditadura Civil-Militar exemplificam como o ensino de História não esteve à margem das realidades sociais e políticas do país, fato comprovado pelos currículos escolares.

A criação da Base Nacional Comum Curricular, vigente desde 2017, representou uma tentativa de padronizar e atualizar o currículo de História, apesar das críticas e ajustes que acompanharam suas versões iniciais. Esse documento orientou a construção dos currículos estaduais, entre os quais está o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (2018), cuja proposta metodológica buscou incorporar a história local e regional de forma contínua e progressiva ao longo dos anos escolares. Do sexto ao nono ano, os alunos são introduzidos a conceitos fundamentais, como a periodização histórica, o uso de fontes regionais e os aspectos culturais e econômicos dos povos indígenas de Mato Grosso. À medida que avançamos, exploramos temas como a colonização do estado, a resistência indígena, a independência e os movimentos sociais locais, culminando no estudo da modernização de Cuiabá, dos conflitos agrários, da diversidade étnico-racial no século XX, entre outros conteúdos. O DRC-MT fundamenta-se em uma abordagem teórica e metodológica baseada na micro-história.

Como concebida por Revel (1998), a abordagem micro-histórica promove um olhar atento às micro-realidades, auxiliando a análise histórica e social. A micro-história complementa as abordagens macro ao oferecer um conjunto de variáveis mais complexas e detalhadas, essenciais para o entendimento pleno dos eventos históricos. Dessa forma, ao investigar os eventos históricos de comunidades historicamente conectadas a um território, proporciona aos estudantes uma compreensão mais profunda e contextualizada de sua própria identidade.

Ao conhecerem melhor a trajetória de sua comunidade e as influências culturais e sociais que moldaram sua região, os alunos desenvolvem um senso de pertencimento e uma conexão mais forte com seu entorno. Os estudos históricos, então, tornam-se mais tangíveis para os estudantes. Esse processo educativo não apenas valoriza o conhecimento histórico, mas também fomenta uma maior consciência crítica e promove uma aprendizagem mais enriquecedora. Essa

perspectiva está alinhada à proposta do DRC-MT, uma vez que o documento considera o estudo do local e do regional como fundamental para a compreensão do processo histórico a partir do cotidiano dos estudantes.

A implementação do Sistema Estruturado de Ensino pela SEDUC/MT, no ano de 2022, representou uma mudança expressiva no sistema de ensino em vigor. Entretanto, como mencionado anteriormente, essa transição foi marcada por alguns conflitos que suscitaram debates sobre a autonomia dos professores e a adequação do PNLD às necessidades locais. As críticas e preocupações levantadas pelo SINTEP/MT evidenciaram a importância de manter o protagonismo dos educadores, assegurando o processo democrático de escolha do livro didático e ressaltando que as políticas nacionais não deveriam ser descartadas em prol de soluções propostas pela SEDUC/MT.

Ignorando as críticas do SINTEP/MT, a licitação foi aberta, e o acordo firmado com a FGV, empresa responsável pela distribuição do Material Didático Estruturado, em um processo cujo investimento alcançou aproximadamente R\$549 milhões⁴⁰. É importante destacar que todo esse cenário ocorreu em um contexto pós pandemia, no qual os professores ainda estavam lidando com os prejuízos das aulas remotas e com o peso da responsabilidade pelos baixos índices educacionais que o governo do estado fazia questão de mencionar para justificar todas as mudanças propostas.

Consideramos, portanto, que o SEE foi resultado de um processo no qual o Estado estabeleceu uma relação preferencial com o setor empresarial, desconsiderando as críticas feitas por profissionais da educação que participaram do espaço coletivo de debate realizado durante a audiência pública em 29 de março de 2021. Isso evidencia, mais uma vez, que a educação é um dos mecanismos utilizados pelos governos para implementar suas pautas e interesses, muitas vezes com vistas à autopromoção. Uma educação de qualidade não se constrói sem ouvir a base, aqueles que estão diariamente em sala de aula lidando com os desafios da educação pública. Entretanto, é preciso reconhecer que as promessas por parte do governo estadual alimentavam expectativas quanto à entrega de um material de qualidade, e o critério de abordagem da história local reflete esse objetivo. Inspirada por esse

⁴⁰ “Escolas Estaduais contarão com material didático estruturado para reforçar qualidade do ensino em MT.” Disponível em: < <https://www.pge.mt.gov.br/web/mt/w/18517377-escolas-estaduais-contratarao-com-material-didatico-estruturado-para-reforcar-qualidade-do-ensino-em-mt> > Acesso em 25 jun. 2024.

contexto, escolhi as coleções do ensino fundamental, anos finais, como objeto de pesquisa desta dissertação.

As coleções examinadas correspondem ao ano de 2023. Buscamos, então, analisar o contexto de construção do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, bem como o processo de construção do material didático estruturado; examinar como a história local está inserida no material didático estruturado; identificar como se dá a abordagem sobre indígenas, mulheres, negros, quilombolas e migrantes no material e analisar a contribuição do material didático estruturado para o ensino de História de Mato Grosso, tendo em vista que o Documento de Referência Curricular possui função normativa. Esses objetivos foram desdobrados ao longo dos três capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo, buscamos contextualizar a construção do DRC-MT e do material estruturado. No segundo, discorremos sobre como a História Local foi inserida, com atenção especial às minorias sociais que também são evidenciadas no DRC-MT, considerando sua importância e contribuição histórica durante o processo de ocupação do estado. Concluímos, então, que há sim a inserção desses sujeitos históricos, afinal, como falar da história de Mato Grosso sem mencioná-los? No entanto, ao compararmos com os objetos de conhecimento propostos pelo DRC-MT, muitos aspectos deixaram de ser abordados e os que aparecem, por vezes, são de maneira superficial.

No terceiro capítulo, analisamos o material a partir dos critérios do “livro didático ideal” de Rüsen (2011), cujo texto é essencial para refletirmos sobre o papel que um livro didático de história deve desempenhar no processo de ensino e aprendizagem. Retomamos aqui as palavras de Caimi (2010, p. 110), que descreve o livro didático como “[...] um suporte cultural que opera para além da escola, já que constitui, muitas vezes, o único material de leitura que entra nas casas dos estudantes de escolas públicas brasileiras”. Compreende-se, portanto, que o livro didático não é apenas uma ferramenta de auxílio didático. Em contextos nos quais a oferta de livros e outros recursos de leitura é limitada, ele se torna um elo fundamental entre os estudantes e o conhecimento, podendo oferecer a esses jovens a oportunidade de explorar novos mundos, adquirir saberes e desenvolver habilidades de leitura e compreensão crítica.

Rüsen (2011) reflete sobre a relação do livro didático e o desenvolvimento da consciência histórica do aluno. O autor explora esse conceito ao considerar o passado não apenas como uma série de eventos, mas como experiências vividas que possuem significado, sendo o presente e o futuro campos de ação direcionados por esse passado. A aprendizagem histórica, nesse contexto, é o processo de assimilação dessas experiências temporais em uma competência narrativa. Essa competência permite contar a história de forma a ajudar na orientação da vida prática.

Nesse sentido, os livros didáticos devem levar em conta a habilidade de narrar histórias que conectam o passado, presente e futuro, contribuindo para a construção e o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes. Em contrapartida, a pesquisa empírica evidencia as dificuldades dos livros didáticos em cumprir com essa tarefa. Soma-se a isso, a alienação do aluno em relação ao passado, o que indica que os livros didáticos não estão conseguindo estabelecer uma conexão eficaz entre passado e presente. Isso ocorre porque os livros frequentemente falham em desenvolver uma narrativa significativa que vincule o passado ao presente de maneira útil para a vida prática contemporânea. Portanto, o livro didático é ferramenta valiosa para este propósito e, por isso, não deve ser subestimada.

Discutimos, então, sobre as contribuições do material didático estruturado para o ensino de História de Mato Grosso. É importante ressaltar que este objetivo não teve como propósito fazer juízo de valor sobre o material estruturado. No entanto, como professora de história atuante e que trabalha diretamente com esse material, considero a necessidade de refletir sobre o papel das ferramentas que nos são disponibilizadas para exercer uma função tão importante quanto à educação, especialmente, quando essas ferramentas são de uso obrigatório.

O Estado buscou cumprir um objetivo de distribuir um material alinhado às normativas pedagógicas estaduais. Contudo, é preciso avaliar se os estudantes estão, de fato, aprendendo; se a história local está sendo transmitida de forma eficaz; se está auxiliando no desenvolvimento da consciência histórica; e, principalmente, se o conteúdo apresentado no material está sendo suficiente. O que se observa, definitivamente, é que, na ausência desse conteúdo no próprio material do estudante, essa expectativa é reduzida. Uma sugestão seria incluir uma unidade extra ao final de cada capítulo ou do próprio caderno, dispondo de fatos, curiosidades, imagens, mapas, atividades e outros elementos relacionados à história de Mato Grosso. Isso tornaria a experiência muito mais proveitosa, tanto para os alunos quanto para os

professores. Questionamos, portanto, o motivo de reduzirem um conteúdo tão valioso a pequenas notas nas margens das páginas, em fontes minúsculas e sem destaque. Ademais, apenas cumprir as normativas não é suficiente. Para garantir uma aprendizagem genuinamente relevante, é fundamental que as ferramentas pedagógicas ofereçam contribuições efetivas.

Finalizamos esta dissertação com a certeza de que, ao analisarmos todo o contexto de contexto de criação, bem como os aspectos políticos, econômicos e ideológicos que envolveram a compra e distribuição dessas apostilas em todas as unidades escolares da rede estadual de Mato Grosso, é possível concluir que o lugar da História Local no material didático estruturado é limitado ao pequeno espaço que lhe foi destinado. Trata-se de um espaço reduzido que não reflete com esmero a memória em torno dos sujeitos históricos que marcaram o chão desta vasta terra. A valorização da história de um povo inclui, necessariamente, o reconhecimento do espaço que a sociedade presente lhe resguarda. É essencial ouvir as vozes desses sujeitos, e os livros didáticos desempenham um papel crucial nesse processo. Por isso, é preciso estar sempre atento a eles: observar, examinar, questionar e mergulhar em suas entrelinhas. O historiador, dotado de um olhar investigativo, tem o papel de aprofundar essas análises, e ninguém melhor do que o professor para refletir sobre as ferramentas didáticas à sua disposição. Afinal, são essas "armas" que tornam possível a construção de um ensino significativo e transformador.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- BARROS, José d'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Fundamental. Brasília: 2018.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Escolhas e usos do livro didático de História**: o que dizem os professores. In: Ensino de história: desafios contemporâneos / org. Véra Lucia Maciel Barroso... [et al.]. – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.
- _____. **O livro didático de História e suas imperfeições**: repercussões do PNLD após 20 anos. In: Helenice Rocha; Luis Reznik; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. 1ed. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2017, v., p. 33-54.
- CEZAR, Temístocles, **Lição sobre a escrita da História**. Historiografia e nação no Brasil do século XIX, Diálogos. Maringá, 2004.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas: SBHE, v. 12, n. 30, 2012, p. 179-197.
- NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil**: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História. São Paulo. 1993.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local**: fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, MARGARIDA MARIA DIAS DE. **Uma profissional de história em gestão de políticas públicas:** como a memória construiu minha experiência no PNLD de 2004 a 2015. In: Helenice Rocha; Luis Reznik; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. 1ed. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2017, v., p. 55-66.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da História:** os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 1ª reimpressão, 2010

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História.** Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

REVEL, Jacques. Microanálise e Construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas.** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

REZNIK, L. **Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico.** In: XXIII Simpósio nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio nacional de História - História: Guerra e Paz (CD-ROM). Londrina: Editorial Mídia/ ANPUH, 2005. p. 1-8.

_____. **História local:** pesquisa, ensino e narrativa. In: I Encontro de História do Vale do Paraíba Fluminense, 2008, Vassouras - RJ. I Encontro de História do Vale do Paraíba Fluminense - Relatório de Atividades. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva/ Instituto Cultural Light, 2008. p. 49-53.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá / MT: Entrelinhas, 2002. v. 1. 272.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O conceito de História Local.** Sobral: INTA, 2016. Disponível em <https://md.uninta.edu.br/geral/historialocal/pdf/HIST%c3%93RIA%20LOCAL.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

FONTES ESCRITAS

FERRAZ, Paulo. **MAXI: 7º ano: ensino fundamental, anos finais:** caderno 4: História: manual do professor. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2021. (Ensino fundamental 2)

FERRAZ, Paulo. **MAXI: 9º ano: ensino fundamental, anos finais:** caderno 3: História: manual do. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2023. (Ensino fundamental 2)

LEMO, Cirilo S. **MAXI: 8º ano: ensino fundamental, anos finais:** caderno 4: História: manual do professor. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2023. (Ensino fundamental 2)

LEMOS, Cirilo S. MAXI: **6º ano: ensino fundamental, anos finais:** caderno 1: História: manual do professor. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2021. (Ensino fundamental 2)

MATO GROSSO. Secretaria de Estado e Educação. **Documento de Referência Curricular de Mato Grosso:** Anos Finais do Ensino Fundamental. Cuiabá. 2018.